

**UNICAMP**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**IEL – Instituto de Estudos da Linguagem**  
**Departamento de Linguística**

## **A POESIA EM DUCROT**

Dissertação de Mestrado

**Adilson Ventura da Silva**

**Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães**

**Campinas**  
**Dezembro de 2006**

**UNICAMP**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**IEL – Instituto de Estudos da Linguagem**  
**Departamento de Linguística**

## **A POESIA EM DUCROT**

**Texto apresentado à Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado, no Instituto de Estudos da Linguagem- IEL/UNICAMP como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.**

**Adilson Ventura da Silva**

**Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães**

**Campinas**  
**Dezembro de 2006**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP**

Si38p

Silva, Adilson Ventura da.

A poesia em Ducrot / Adilson Ventura da Silva. -- Campinas, SP :  
[s.n.], 2006.

Orientador : Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Ducrot, Oswald. 2. Língua. 3. Poesia. 4. Lingüística. 5.  
Semântica I. Guimarães, Eduardo, 1948-. II. Universidade Estadual de  
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: The poesy in Ducrot.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Oswald Ducrot; Language; Poesy; Linguistics;  
Semantics.

Área de concentração: Lingüística

Titulação: Mestre em Lingüística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini, Profa. Dra. Maria Marta  
Garcia Negroni, Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi-Fontana e Profa. Dra. Cláudia Regina  
Castellanos Pfeiffer.

Data da defesa: 20/12/2006.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

**Banca Examinadora composta pelos Profs. Drs.:**

---

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães - IEL-UNICAMP

---

Prof.Dr. Lauro José Siqueira Baldini - UNIVÁS

---

Profª. Dra. Maria Marta Garcia Negroni – UBA

---

Suplente: Profª Drª. Mônica Graciela Zoppi-Fontana - IEL-UNICAMP

---

Suplente: Profª Drª Claudia Regina Castellanos Pfeiffer - IEL-UNICAMP

### **Agradecimentos:**

Em nossa vida percorremos várias fases, vários caminhos diferentes. Em cada caminho, várias pessoas que, de um modo ou de outro, nos dão força e ânimo para nunca desistir e vencer cada obstáculo que aparece. E nesta minha jornada várias pessoas me ajudaram e, desta forma, são parte importante deste trabalho e quero deixar aqui o meu agradecimento.

Agradeço a Deus, por iluminar os meus caminhos.

Agradeço ao Ms. Ailton Paulino e ao Dr. Lauro Baldini, pelo incentivo inicial, pelos ensinamentos e trocas de experiências e por participarem por todo o meu caminho.

Aos amigos João Tadeu e Fábio Fantini, pelo apoio inicial e pela alegria compartilhada nos primeiros passos.

Aos amigos Adilson, Aparecido (Cido), Carlos (Lota), Wilson, Paulinho, Moreira, Dego, Karina e Humberto, por tornar as viagens muito mais agradáveis.

Às amigas Jocyare, Ana Claudia, Fabiana, Edileuza, por tornar mais fáceis os desafios que estavam por chegar. À amiga Rosimar, pelas experiências acadêmicas vividas em comum e ao amigo Leandro, pelas discussões intensivas durante todo o mês de Setembro/2006.

Às Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mônica Zoppi-Fontana, Claudia Pfeiffer, Suzy Lagazzy e Maria Marta G.Negroni, pelas valiosas e decisivas observações que fizeram em momentos diferentes da realização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Eduardo Guimarães, por ter acreditado no meu trabalho; por ter aceito o desafio de me orientar; pelas horas de conversas e explicações; por compartilhar toda a sabedoria e conhecimento, fazendo com que este trabalho fosse realizado.

A toda a minha família, em especial à Tia Aparecida, à Táta, ao Délcio, à Raquel, à Camila (Bi) à Tia Ana, ao Tio Renato, ao Mauro, ao Carlos.

Aos inúmeros amigos e amigas que me apoiaram nos momentos difíceis e se alegraram por cada passo dado: Hugo, Mirela, Carlos, Cezinha, João, Andréia, Nayara, Rosângela, Fabio, Elda, Fernanda, Faustino, Roberto, Vicente, Francisca, Emerson, Marcelo, Suzy, Daniela, Thaís, Ítalo, Beto, Cristina, Bruno...(são muitos nomes para um espaço tão pequeno, infelizmente não tem como citar todos aqui).

Esta pesquisa foi financiada pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Ao meu pai, Mateus  
À minha mãe, Elza  
À minha irmã Valéria (Lela)  
Ao meu sobrinho Leonardo (Leo)  
À minha namorada Lilian

## SUMÁRIO

RESUMO .....	13
ABSTRACT .....	14
INTRODUÇÃO.....	15
<b>1º CAPÍTULO</b>	
Análise de conceitos utilizados por Ducrot.....	21
1- LÍNGUA .....	23
2- IMPLÍCITO.....	24
2.1–Dizer e não dizer.....	26
2.2–Uma outra elaboração dos conceitos de pressuposto e subentendido .....	31
2.3-Última elaboração do conceito de pressuposto .....	32
3- ATOS DE LINGUAGEM.....	33
4- ESCALAS ARGUMENTATIVAS.....	37
5 – POLIFONIA .....	40
5.1 – Frase e Enunciado.....	41
5.2 – Texto e Discurso.....	41
5.3 – Significação e Sentido .....	42
5.4 – Enunciação .....	44
6-TOPOI ARGUMENTATIVOS.....	47
7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	50
<b>2º CAPÍTULO</b>	
Discussão sobre a argumentação e análise argumentativa .....	51
1 - ARGUMENTAÇÃO.....	53
2 - ANÁLISE ARGUMENTATIVA DE ENUNCIADOS .....	55
3 - OPERADOR ARGUMENTATIVO <i>TAMBÉM</i> .....	56
3.1 – Enunciado de não-poema .....	56
3.1.1 – Também: um advérbio?.....	57
3.1.2- Também: um anafórico? .....	58
3.1.3- Também: um operador argumentativo .....	61
3.2 – Um enunciado de poema .....	67
4 – COMPARAÇÃO ENTRE AS ANÁLISES DA PALAVRA <i>TAMBÉM</i> .....	73
<b>3º CAPÍTULO</b>	
O que é poesia e um estudo sobre língua, enunciação, e discurso .....	75
1 - POESIA.....	77
2- ESTUDO DA PALAVRA POESIA .....	78
3- LÍNGUA, ENUNCIÇÃO E DISCURSO .....	83
<b>4º CAPÍTULO</b>	
Conclusão .....	87
CONCLUSÃO.....	89
BIBLIOGRAFIA .....	91

## RESUMO

Neste trabalho buscamos entender a separação feita por O. Ducrot, em sua teoria sobre a argumentação na língua, entre a poesia e a argumentação. Partindo da hipótese de que, para ele, esta separação está posta na maneira como o discurso se apresenta frente a relação da língua com a enunciação, percorremos toda a teoria sobre a língua desenvolvida por ele. Em seguida aplicamos o modelo de análise semântico-argumentativa desenvolvida por Ducrot em um enunciado retirado de um poema e em um enunciado de um não-poema, para verificar a aplicabilidade do modelo em diferentes enunciados. Depois, analisamos a palavra poesia em dois textos ducrotianos, sob a perspectiva da Semântica do Acontecimento e, por último, debatemos o modo como a poesia se relaciona com as noções de língua, enunciação, frase e enunciado, texto e discurso. Após percorrer este percurso, apresentamos os resultados a que chegamos e, além disso, levantamos algumas questões a serem trabalhadas posteriormente.

## **ABSTRACT**

In this research, we seek to understand the division made by O. Ducrot in his theory on the language's argument, between poetry and argument. Starting from the hypothesis that, for him, the division resides in the way the speech presents itself when it comes to the relationship of language and enunciation, we go through the whole theory he developed on the language. Following, we apply the semantic-argumentative analysis developed by Ducrot in an enunciation removed from a poem and in a non-poem's enunciation, to verify the 's applicability in different enunciations.

Then, we analyze the word "poetry" in two ducrotian texts, under the perspective of the Happening Semantics and, last, we delate the way poetry connects with the language's notions, enunciation, phrase and enunciation, text and speech. After going through that whole path, we present the results we got, and besides, we raise a few questions to be worked afterwards.

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é discutir uma questão interessante na teoria de O. Ducrot: a da relação existente entre a sua teoria da argumentação na língua, e o lugar específico que a poesia ocupa em seu pensamento.

A pergunta central deste trabalho surgiu através do estudo da obra do professor O. Ducrot no curso de Semântica Argumentativa ministrado pelo prof. Eduardo Guimarães no Instituto de Estudos da Linguagem (I.E.L.) da UNICAMP. No estudo desta disciplina, é impossível não entrar em contato com a obra do professor O. Ducrot que, além de ser o fundador da Semântica Argumentativa, é um dedicado estudioso e um dos maiores especialistas neste assunto atualmente. Professor da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris, possui uma ligação estreita com a Unicamp, onde lecionou na década de setenta, no Departamento de Lingüística do I.F.C.H. e, posteriormente, no I.E.L., após a sua criação em 1975. Esteve na Unicamp ainda em outras oportunidades, participando de debates e proferindo seminários. Devido a essa proximidade e ao alto valor de suas teorias lingüísticas, é grande sua influência sobre o pensamento lingüístico produzido no Brasil em geral, e no I.E.L, em particular.

Na teoria de Ducrot sobre a língua, verifica-se a importância central que a argumentação ocupa, devido a sua hipótese de que tudo na língua é argumentação (Ducrot, 1989, p.18): “Nossa hipótese central é que pelo menos certas frases de uma língua possuem nela uma força ou valor argumentativo (disse “certas” por prudência: na verdade desejaria dizer “todas”, mas isto não me é possível no momento)”. Para ele a argumentação está marcada na própria língua, fato afirmado a partir do estudo de conjunções como *mas*, *entretanto*, e advérbios como *pouco*, *um pouco*, etc. que orientam argumentativamente em determinada direção. Deste modo, ele e Anscombe resumem as suas pesquisas sobre a argumentação através do slogan: “A argumentação está na língua”.

Além de se preocupar com esta relação da argumentação com a língua, Ducrot, em seus estudos lingüísticos, deixa transparecer o seu interesse pela poesia, especificamente

pelo teatro clássico francês. Em seus trabalhos há um grande número de citações de obras e de autores como, por exemplo, em (Ducrot, 1984): “procedimento frequentemente utilizado por certas personagens de Molière, Sosiè, por exemplo, na cena I, do primeiro ato do *Amphitryon*”(1987, p.185). Ele também usa com frequência exemplos retirados de poemas para análises semânticas: “Na cena I do ato I de *Britannicus* (...) Agrippine: Et ce même Néron, que la vertu conduit / Fait enlever Junie au milieu de la nuit” (1987, p.191).

Ao confrontar a sua teoria sobre a argumentação na língua com a poesia, Ducrot verifica o caráter não poético da argumentação (1990, p.103): “La argumentación tal como la describo es totalmente contraria a la poesia”. Assim, ao colocar a poesia em um lugar diferente da argumentação e, conseqüentemente, da língua, uma questão nos é posta: o que é a poesia para Ducrot? Essa pergunta se põe e, para ser respondida, implica em uma discussão pertinente quanto ao que é a língua e o que é a argumentação em Ducrot, assim como uma verificação do alcance que uma análise semântico-argumentativa, desenvolvida pelo próprio O.Ducrot, possui frente a diferentes enunciados: retirados de textos em forma de poema e de textos escritos em prosa. A partir dessa discussão poderemos obter uma melhor compreensão dos trabalhos produzidos por este semanticista e, por conseguinte, contribuir para uma melhor compreensão de sua semântica.

Os estudos ducrotianos sobre a linguagem filiam-se diretamente aos estudos semânticos desenvolvidos por Benveniste e aos trabalhos da filosofia da linguagem, principalmente aos trabalhos de Austin. A partir destas filiações, Ducrot elege os estudos enunciativos como um lugar privilegiado para estabelecer os seus estudos lingüísticos. Para desenvolver os seus estudos, ele elabora e reelabora vários conceitos, produzindo modificações quanto ao alcance que eles possuem dentro das análises lingüísticas. Percorrer estas modificações dos conceitos é o tema do primeiro capítulo, em uma discussão teórica que se dará dentro de uma perspectiva da História das Idéias Lingüísticas, através de “uma análise autônoma dos textos.” (Delesalle e Chevalier). Ou seja, a nossa análise será fundamentada somente nos textos escritos por Ducrot, respeitando a ordem cronológica em que se deram esses textos. Nesse percurso, procuraremos verificar momentos específicos nos quais determinados conceitos possam ter uma ligação estreita com a poesia, através da

própria formulação do conceito, ou através dos exemplos utilizados para ilustrá-lo. Porém, para produzir uma melhor compreensão desses conceitos, em alguns momentos será necessário antecipar ou mesmo retomar alguns deles, pelo fato de que algumas noções atravessam todo o pensamento de Ducrot. Porém, quando for necessário antecipar alguma noção, o faremos de uma maneira sintética, deixando para produzir uma discussão mais apurada no momento específico de discussão da noção em questão. Mas, apesar de percorrer um longo percurso do pensamento ducrotiano, não iremos incluir nesse estudo a última fase da teoria ducrotiana, chamada de Blocos Semânticos, pelo fato de que nesta fase do seu pensamento há uma mudança quanto ao principal colaborador de suas pesquisas, ocasionando uma mudança significativa no modo como ele conduz as suas pesquisas lingüísticas, ou seja, devido à mudança no modo como ele trata as suas questões, há uma certa ruptura no percurso que ele seguia até então. Essa ruptura produz questões interessantes que não iremos tratar aqui, mas que pretendemos retomar em um momento posterior. Mesmo excluindo esta última fase de seu pensamento, poderemos constituir um panorama do pensamento ducrotiano, criando condições para compreender o lugar específico que o poético ocupa em sua teoria.

No segundo capítulo iremos, em um primeiro momento, discutir especificamente o conceito de argumentação, tal qual ele é apresentado por Ducrot. Após discutir esta noção, iremos aplicar o modelo de análise argumentativa ducrotiana em um enunciado retirado de um texto em prosa e outro retirado de um poema e verificar a especificidade que a teoria ducrotiana possui em relação a cada um destes enunciados. Desse modo, não pretendemos, através de nossas análises, discutir e levantar novas questões que cada enunciado possa trazer e também não pretendemos discutir o modelo de análise que estaremos utilizando. Assim, este segundo capítulo se apresentará como uma exemplificação da aplicabilidade da teoria ducrotiana em enunciados retirados de textos em prosa e de enunciados retirados de poemas. E a nossa hipótese é de que não haja qualquer diferença significativa entre a análise de um enunciado retirado de um poema e de um texto em prosa e, partindo dos resultados obtidos, poderemos especificar melhor o que seja a argumentação na teoria ducrotiana.

No terceiro capítulo iremos discutir, em um primeiro instante, como Ducrot apresenta o que é um texto poético e de que modo esta noção se relaciona com a noção de argumentação. Tal discussão se fará da perspectiva da História das Idéias Lingüísticas. Ao lado disso, utilizaremos uma teoria não-ducrotiana para discutir o modo como a poesia aparece nos textos ducrotianos o que, de certo modo, pode nos indicar o que é a poesia em Ducrot. Essa mudança em nosso trabalho se deve ao fato de percebermos que a teoria ducrotiana apresenta-se limitada com relação à questão da poesia. Desse modo, iremos desenvolver uma análise da palavra poesia presente em dois textos específicos: “Argumentação e ‘Topoi’ Argumentativo” (Ducrot, 1989) e “Polifonia y Argumentacion” (Ducrot, 1990). Escolhemos estes dois textos, pois, neste momento da teoria, Ducrot coloca a poesia em um lugar diferente da argumentação, ou seja, fizemos esse recorte na obra de Ducrot para esta análise porque é nesse momento de seu pensamento que a poesia é posta em um lugar de confronto com a argumentação. Assim, iremos nos situar na perspectiva de uma semântica do acontecimento que, conforme Guimarães (2002, p.7), é “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer.” Mas para que isto ocorra dentro do ponto de vista de uma semântica lingüística, faz-se necessário eleger o enunciado como lugar para se observar o sentido. Ou seja, “saber o que significa uma forma é dizer como seu funcionamento é parte da constituição do sentido do enunciado.” (idem). E devemos levar em consideração que o enunciado é um enunciado de um texto. Assim, as palavras que analisaremos nos interessam na medida em que são parte constitutiva de um enunciado em um texto, no caso, de um texto na perspectiva de Ducrot.

Assim, procuraremos identificar o que a palavra *poesia* designa nos textos selecionados para análise, ou seja, procuraremos encontrar a significação da palavra *poesia* nesses textos e, para isso, tomaremos, tal qual considera Guimarães (2002, p.9), a designação como a significação de um nome enquanto algo próprio das relações de linguagem. Deste modo, para dizer o que a palavra poesia designa, é necessário observar com quais outras palavras ele se relaciona, o que, para Guimarães (2004), constitui o que ele chama de Domínio Semântico de Determinação (DSD). Após a realização dessas duas análises sobre a poesia nos textos ducrotianos feitas com dispositivos de análise diferentes,

relacionaremos as conclusões a que chegamos, considerando a hipótese de que essas duas análises atingirão o mesmo ponto final.

Depois de analisar como a poesia é tratada por Ducrot, iremos promover uma discussão sobre língua, enunciação, frase e enunciado, texto e discurso e, dentro desta discussão, verificar de que modo a poesia se relaciona com estas noções.

Todo esse caminho que percorreremos irá levantar novas questões a respeito da teoria ducrotiana que não desenvolveremos nessa dissertação, mas que apresentaremos no quarto e último capítulo e que pretendemos desenvolver em um outro momento. Além disso, apresentaremos as conclusões que os nossos estudos permitiram chegar. Para isso consideraremos a hipótese de que a questão central para entendermos o porquê da separação entre poesia e língua proposta por Ducrot está posta no modo como ele pensa a relação da língua com a enunciação, e o lugar do discurso nesta relação, ou seja, pensamos no modo como o discurso se apresenta frente a articulação da língua com a enunciação nos trabalhos de Ducrot.

# **1º CAPÍTULO**

**Análise de conceitos utilizados por Ducrot**

## 1- LÍNGUA

Começaremos os nossos estudos sobre os conceitos utilizados por Ducrot com uma apresentação sobre o que é a língua para ele. Pretendemos, neste primeiro momento, apenas mostrar como a discussão sobre a língua aparece dentro do pensamento ducrotiano, sem relacionar esta noção com a de poesia. Esta primeira apresentação será retomada posteriormente, no 3º capítulo, pois esta noção, juntamente com as noções de enunciação, frase e enunciado, texto e discurso, é decisiva para o nosso objetivo de refletir sobre o que é a poesia para Ducrot.

Em seu livro “Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer) “Ducrot, (1977)<sup>1</sup>, como início de suas investigações sobre os implícitos, nos apresenta um quadro geral em que ele insere a sua concepção de língua. Assim, ele apresenta rapidamente a concepção subjacente à lingüística comparatista do século XIX, em que “as línguas teriam como origem primeira o esforço da humanidade para representar o ‘pensamento’”, (1977, p. 9). Nessa concepção, percebe-se que o destinatário não possui um lugar privilegiado, diferente da concepção de que a função fundamental da língua é a comunicação. Assim, “considerar a comunicação como a função lingüística fundamental é admitir que a fala, por vocação natural, é fala para outrem, e que a própria língua não se realiza senão quando fornece um lugar de encontro para os indivíduos” (idem). Apesar do sentido amplo da palavra comunicação, normalmente é atribuída a esta noção a propriedade de transmitir uma informação a alguém. Ou seja, nesta perspectiva, a língua é assimilada a um código. Esta concepção traz algumas dificuldades, pois, em um código, todos os conteúdos expressos o são de maneira explícita, o que não ocorre, segundo Ducrot, com a língua. Esta possui alguns mecanismos, os implícitos, que possibilitam dizer algo e, ao mesmo tempo, recusar a responsabilidade de ter dito. Ou seja, um locutor pode utilizar a língua para dizer algo, que recebe uma certa interpretação do destinatário que poderá ser rechaçada por este locutor, indicando que não foi exatamente o que disse.

---

<sup>1</sup> Indicaremos, nas citações desse trabalho, a data da edição brasileira das obras utilizadas.

Deste modo, para Ducrot a língua é uma estrutura e as relações entre indivíduos inerentes à fala não se reduzem à comunicação e, assim, ele considera que a “língua comporta, de forma irreduzível, todo um catálogo de relações inter-humanas, toda uma panóplia de papéis que o locutor pode escolher para si mesmo e impor ao destinatário” (1977, p.12). Assim, se para Ducrot a língua é uma estrutura, não é, no entanto, um código. Ou, dito de outro modo, ele considera a língua “como um jogo, ou melhor, como o estabelecimento das regras de um jogo, e de um jogo que se confunde amplamente com a existência cotidiana” (idem). Ou seja, a língua possibilita aos falantes todo um jogo de caráter social, onde cada falante ocupa um lugar bem definido e caracteriza a posição que o seu interlocutor deve assumir. Assim, a língua possui outras funções essenciais além da transmissão de informações, tais como interrogar, ordenar, prometer, argumentar, etc. Por outro lado, Ducrot define uma língua como sendo um conjunto de frases, que, na formulação definitiva de Ducrot, são entidades abstratas, ou seja, a frase é uma construção teórica do lingüista, não observável, que lhe permite descrever uma língua. Apresentada deste modo, a língua fica colocada como pertencente ao domínio abstrato, ou seja, a língua é constituída pelas frases pertencentes a essa língua.

Uma última observação que queremos fazer neste momento a respeito da língua é sobre um texto destinado a discutir a teoria polifônica da enunciação (Ducrot, 1987), em que há uma analogia com o teatro que nos chama a atenção, por possuir uma estreita relação com a poesia. Ao colocar que a metáfora teatral pode trazer um auxílio grande aos estudos lingüísticos, Ducrot aproxima o teatro, especialmente o teatro clássico francês, dos estudos lingüísticos. Voltaremos a esta analogia posteriormente, quando formos tratar da teoria polifônica da enunciação.

## **2- IMPLÍCITO**

Após mostrar o modo como Ducrot define a língua, passamos a refletir sobre o conceito de implícito, que é um conceito que sofre várias reelaborações, ou seja, o conceito de implícito é amplamente discutido e, desta forma, assume um lugar fundamental dentro do pensamento ducrotiano. Este conceito é apresentado e discutido através de duas formas

nas quais ele se divide, que são o pressuposto e o subentendido, formas estas que iremos analisar através de um estudo cronológico da obra de Ducrot. Neste estudo, levaremos em conta cada momento específico em que a poesia aparece, através de exemplos e citações e, ao relacionar o conceito na elaboração em que se encontra com a poesia, verificaremos de que forma esta relação possibilita ou não excluir a poesia da língua.

Discussões a respeito da pressuposição, como uma forma de implícito, aparecem desde os primeiros trabalhos elaborados por Ducrot. Em seu primeiro livro (Ducrot, 1968), dedicado a discutir o Estruturalismo, ele toma este conceito de empréstimo ao lógico inglês Strawson, onde há uma separação em duas modalidades quanto ao conteúdo semântico de um enunciado, chamados por posto e pressuposto. O posto diz respeito às informações veiculadas diretamente pelo enunciado, enquanto que “Os pressupostos de um enunciado constituem, portanto, um conjunto de idéias e de crenças que o falante considera, ou aparenta considerar, evidentes, e com relação às quais situa as informações diretamente comunicadas pelo enunciado” (1970, p.129). Assim apresentado, o pressuposto remete ao contexto em que o enunciado aparece veiculando, a partir do que estão postas, certas informações importantes para a compreensão do próprio enunciado. Ou seja, os pressupostos são apresentados como condições de emprego. Este também é o estatuto que a pressuposição recebe em um texto anterior, “O Rei da França é Sábio – Implicação e Pressuposição Lingüística”<sup>2</sup>, de 1966. Mas, neste último texto, Ducrot desenvolve bem mais este tema, com a pressuposição sendo colocada em oposição à implicação. De certa forma, Ducrot tenta demonstrar o “ilogismo” de uma lógica da linguagem.

Ducrot situa a discussão sobre esta oposição entre a implicação e a pressuposição dentro de uma perspectiva que adota, nas línguas naturais, uma separação entre o falar e o dizer. Segundo Ducrot, o falar é o ato de utilizar a linguagem, e o dizer é a comunicação de uma informação com o auxílio da linguagem. Situando a implicação no dizer, ela se apresenta como uma consequência lógica do que foi dito, ou seja, este termo localiza-se dentro de critérios puramente lingüísticos, considerando como única função da fala o dizer. Por outro lado a pressuposição, considerada como condições de emprego, localiza-se na

---

<sup>2</sup> Utilizamos aqui a tradução de 1981, presente no livro *Provar e Dizer*.

fala que, dentro da linguagem natural, possui várias outras funções além do dizer, tais como divertir, conciliar, argumentar, ridicularizar, embaraçar, etc. Ou seja, a língua somente pode realizar cada uma destas funções, se certas condições exteriores são realizadas, condições que Ducrot, neste momento do seu pensamento, chama de pressupostos do enunciado. Ou seja, a linguagem possui, de um modo geral, a função de estabelecer relações entre indivíduos. Por levar em conta estas funções a pressuposição, segundo Ducrot, depende, de certo modo, da linguagem conotativa, que é “quando o significante (uma expressão) é já uma linguagem, quando ele comporta em si mesmo uma expressão e um conteúdo (significado)” (Ducrot, 1981, p.172). E, através da conotação, um enunciado pode ser empregado para afirmar o que ele pressupõe, ou seja, “se um enunciado tem, ao mesmo tempo, um sentido próprio e um sentido figurado, e o primeiro é inaplicável, é preciso admitir o segundo” (idem, p.175). Deste modo a língua, possuidora de várias funções, somente as realiza através dos pressupostos – entendidos como condições de emprego – que veicula. Assim, o pressuposto fica caracterizado, em situações bem definidas, como um caso particular da linguagem conotativa. Esta apresentação que Ducrot faz da pressuposição será abandonada em estudos posteriores e, além disso, ele também não mantém a distinção entre linguagem conotativa e linguagem denotativa.

## **2.1–Dizer e não dizer**

Após estes primeiros estudos de Ducrot sobre o implícito, em que ele é apresentado na sua forma de pressuposto, o qual é definido como condição de uso e é posto em oposição à implicação, passaremos agora à análise do implícito em um livro onde este assunto é amplamente discutido: *Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer)*. Neste livro, original de 1.972, Ducrot apresenta, no primeiro capítulo, como chave de entrada para a discussão sobre o implícito, uma pequena discussão sobre a língua ter como função fundamental a comunicação, declaração esta muito vigente após Saussure. Esta palavra, comunicação, possui um sentido muito amplo mas, frequentemente, ela assume o sentido de transmissão de informação. Colocando-se nesta perspectiva, admite-se que a língua é um código e que, portanto, ela veicula explicitamente uma informação de um indivíduo a outro, ou seja, e lembrando o que já colocamos antes, “o que é dito no código é totalmente dito,

ou não é dito de forma alguma.” (1977, p.13). Assim posto, os atos realizados pela fala são todos redutíveis ao ato de informar e, conseqüentemente, esta informação é transmitida claramente no enunciado, não deixando espaço para o implícito. Ducrot, para se colocar em uma perspectiva que questiona esta posição em que a informatividade é a atividade fundamental da língua, apresenta questionamentos produzidos por outros lingüistas e filósofos. Ele não faz um inventário exaustivo, somente apresenta os estudos dos pronomes de E. Benveniste e os estudos sobre os atos de linguagem desenvolvidos pelos filósofos de Oxford. Devido a esta perspectiva que ele assume, a língua não é mais apresentada como um instrumento de comunicação e sim, “como o estabelecimento das regras de um jogo.”(1977, p.12). A partir desta concepção, Ducrot conduz uma discussão a respeito dos implícitos, dando uma atenção especial à pressuposição, defendendo a tese principal de que a pressuposição “faz aparecer, no interior da língua, todo um dispositivo de convenções e de leis, que deve ser compreendido como um quadro institucional a regular o debate dos indivíduos” (1977, p.13).

Nem sempre, em toda sociedade, todas as palavras ou idéias podem ser ditas claramente, ou seja, existem certos tabus lingüísticos, uma espécie de censura implícita ou explícita, que não devem ser quebrados. Decorre disto a necessidade de, às vezes, dizer coisas sem assumir a responsabilidade de ter dito. É exatamente este o lugar onde se instala o implícito e que Ducrot propõe ser apresentado através de dois procedimentos: os que se fundam no conteúdo do enunciado e os que se encontram na enunciação.

O implícito no enunciado é apresentado quando, para se fazer entender, o locutor apresenta outros fatos que, de certa forma, podem aparecer como causa ou conseqüência daqueles que não se podem, por algum motivo, serem assinaladas de modo explícito. O implícito na enunciação é apresentado como “condição de existência do ato de enunciação” (idem, p.17), o que, desta forma, coloca, ao lado do conteúdo do enunciado, o fato da enunciação, chegando ao que Ducrot chama de subentendido do discurso. E, exatamente neste ponto, Ducrot introduz um exemplo retirado da comédia clássica para comprovar esta propriedade do implícito fundado na enunciação.

Após situar a pressuposição entre as formas do implícito, Ducrot faz uma apresentação histórica das formas que este conceito assumiu. E dentro desta apresentação, ele assinala pontos nas teorias discutidas nos quais ele percebe uma insuficiência no alcance teórico que este conceito possui o que, de certa forma, irá estabelecer o lugar no qual ele irá desenvolver os seus estudos sobre a pressuposição. Não pretendemos aqui mostrar toda a discussão desenvolvida por Ducrot para apresentar o pressuposto em teorias anteriores, pois o nosso objetivo se concentra nas elaborações e reelaborações deste conceito desenvolvido por ele. Iremos somente apontar as definições dadas, com o intuito de melhor nos situarmos na teoria ducrotiana.

Partindo de uma perspectiva em que os pressupostos são apresentados como condições de emprego, Ducrot passa a tratar do emprego lógico, discussão que se dá, primeiramente, dentro da Semântica Formal. Esta discussão aparece, por exemplo, em Frege, onde a “pressuposição só aparece, portanto, como um meio de expulsar do sentido e situar, entre as condições de emprego, certos elementos semânticos embaraçosos” (1977, p.36). Já em Russel, o pressuposto não é condição necessária para que o enunciado tenha valor lógico e sim uma condição necessária para que o enunciado seja verdadeiro. Definição esta que recebe objeções, principalmente de Strawson, por não retratar inteiramente a realidade lingüística do enunciado. Para Strawson, em sua segunda teoria, os pressupostos aparecem “entre os conhecimentos que devo presumir no meu ouvinte, se quiser que meu enunciado preencha de fato a função informativa que visa a cumprir” (idem, p.55). Esta definição se aproxima da de Colingwood, para quem todo ato procura um determinado fim, o que coloca a pressuposição como “condições requeridas para que o enunciado possa atingir o resultado que pretende” (idem, p.52). Os estudos feitos por Strawson e por Colingwood recaem sobretudo sobre frases assertivas. Austin, também sob a perspectiva da pressuposição como condição de emprego, passa a estudar a pressuposição em outros atos lingüísticos.

Após esta exposição de teorias que antecederam a sua, Ducrot, no restante deste segundo capítulo, passa a discutir os pontos específicos onde ele encontra insuficiência nas elaborações deste conceito para a solução de problemas que surgem em certos enunciados.

Ele traça um paralelo crítico entre estas teorias e o objetivo específico que ele possui ao tratar dos pressupostos que “é fazer aparecer a pressuposição como um ato de fala particular, e os pressupostos como os conteúdos semânticos visados por esse ato” (idem, p.59). Feito este paralelo, Ducrot passa a apresentar a sua concepção de pressuposição no terceiro capítulo.

Para conseguir atingir o seu objetivo, que explicitamos no parágrafo anterior, Ducrot inicia uma apresentação geral dos atos de fala, a partir da descoberta feita por Austin dos performativos e dos constativos. Estes apenas constataam uma ação enquanto que os performativos realizam uma ação em sua própria enunciação ou, dito de outra forma, o próprio ato de dizer efetua a ação que se diz. Após esta primeira formulação Austin, devido a problemas que encontra para classificar certos verbos, amplia sua teoria para os atos de linguagem. Esta teoria leva-o a considerar três atos: o ato locucional, que é o próprio ato de falar; o ato perlocucional, que é o ato de que a fala é instrumento; e o ato ilocucional, que é o ato que se faz pelo próprio ato de falar. A partir deste quadro teórico, Ducrot passa a relacionar o estudo da pressuposição com a atividade ilocucional. Para isto, ele empreende uma interpretação destas pesquisas desenvolvidas por Austin, apresentando o conceito de ação como sendo uma atividade humana que é caracterizada pelas modificações que traz ou deseja trazer ao mundo. Uma ação jurídica define-se como uma ação que modifica as relações legais entre os indivíduos. Encontramos esta atividade no momento em que uma ação é caracterizada por ser criminosa, por ser um ato de autoridade, etc. O ato jurídico aparece como um caso particular da ação jurídica, “quando se considera a transformação das relações legais como efeito primeiro da atividade e não como a consequência de um efeito logicamente ou cronologicamente anterior” (1977, p.87). E neste momento ele introduz a noção de ilocucional, apresentando o ato ilocucional como “um caso particular de um ato jurídico, como um ato jurídico realizado pela fala” (idem, p.88). Ou seja, o que interessa aqui é a transformação legal efetivada no momento da fala. Deste modo, podemos pensar na mudança de réu para culpado exatamente no momento em que o juiz pronuncia o veredicto final sobre um julgamento de roubo, por exemplo. Esta mudança não se dá no ato da infração e sim através da fala do juiz. Mesmo em relações cotidianas podemos encontrar os atos ilocucionais, em uma interrogação, por exemplo. Ao se interrogar um indivíduo,

este se encontra na possibilidade de responder, ato caracterizado por ser educado, ou não responder, ato caracterizado pela impolidez. Alternativas que se apresentam no ato da interrogação realizado pela fala e que instaura uma mudança jurídica no interrogado. Neste momento há o acréscimo do conceito de valor ilocucional, o qual podemos observar quando o uso de uma expressão da língua sempre provoca a realização de um ato ilocucional bem definido.

Toda esta caracterização proposta por Ducrot tem por objetivo colocar o ato ilocucional na definição do ato de pressuposição. E isto ocorre ao se apresentar o ato de pressupor como condição do diálogo ulterior. Dessa forma, ele se estabelece como um ato com valor jurídico, pois transforma “imediatamente as possibilidades de fala do interlocutor” (1977, p.101). Ou, dito de outro modo, ao se aceitar um certo conteúdo pressuposto como tema do diálogo, há uma mudança no direito do interlocutor à fala. E a recusa destes pressupostos indica uma agressividade ou uma recusa à continuação do diálogo. Assim sendo, Ducrot considera que, através do fenômeno da pressuposição, “a ação dos interlocutores uns sobre os outros não é um efeito acidental da fala, mas está prevista na própria organização da língua” (1977, p.108). Ou seja, novamente Ducrot critica a concepção de que a função primordial da língua seja a comunicação e diz que ela, a língua, é “bem mais do que um simples instrumento para comunicar informações: comportará, inscrito na sintaxe e no léxico, todo um código de relações humanas” (idem), onde cada participante assume um papel específico. E isso se deve à consideração de que a pressuposição é “um poder jurídico dado ao locutor sobre o destinatário” (idem).

Ao abandonar a concepção inicial que ele tinha sobre a pressuposição, colocada em oposição à implicação, e apresentá-la como um ato de valor jurídico, Ducrot apresenta “o ato de pressuposição, longe de ser acrescentado do exterior a uma estrutura lingüística que poderia ser definida independentemente dele, está implicado na organização interna do enunciado” (1977, p.109). Mas, além do ato de pressuposição, Ducrot verifica que existem alguns casos em que o implícito não está marcado no enunciado, e sim é produzido na enunciação. Desse modo ele instaura uma diferença entre dois tipos de implícito: o

implícito fundamentado no enunciado, que é a pressuposição e o implícito fundamentado na enunciação, que é o subentendido.

Após esta discussão, feita em Princípios de Semântica Lingüística - Dizer e não Dizer, vamos encontrar algumas discussões a respeito das formas de implícito em mais alguns artigos.

## **2.2–Uma outra elaboração dos conceitos de pressuposto e subentendido**

Ducrot retoma especificamente a discussão sobre os pressupostos e os subentendidos em mais três artigos nos quais, de certa forma, pelas próprias palavras dele, faz-se um reexame destes conceitos. Partindo da última concepção que apresentamos acima, Ducrot analisa alguns exemplos em que um ato pode ser realizado de modo ilocucional ou perlocucional, o que cria um problema, se levarmos em conta a concepção na qual o ilocucional, por sua aparição, produz uma certa forma de obrigação para o destinatário. Assim Ducrot (1984) é levado a reavaliar o conceito de ilocucional, apresentando-o como “um esforço para fazer agir alguém de um certo modo. Chego então à conclusão de que o valor ilocutório de um enunciado pode não estar marcado na frase que serve para realizar o ato.” (1987, p.36)<sup>3</sup>. E isto altera substancialmente a noção de pressuposição, considerada como um ato ilocucional, pois, de certa forma, há a possibilidade de existência de pressuposições subentendidas. Tomemos como exemplo o enunciado: “*Pedro parou de fumar.*” Este enunciado traz o posto:

*Pedro não fuma atualmente*

E o pressuposto:

*Pedro fumava.*

E também podemos pensar, em situações bem determinadas, que este enunciado traz o subentendido “Pedro tem mais força de vontade que você.” E este subentendido traz outro subentendido “Parar de fumar é prova de força de vontade.” Se este enunciado tiver como objetivo declarado produzir a repreensão veiculada pelo primeiro subentendido, o segundo

---

<sup>3</sup> Nesta tradução, as palavras locucional, ilocucional e perlocucional aparecem, respectivamente, como locutório, ilocutório e perlocutório.

subentendido funciona exatamente como um pressuposto, ou seja, ele se apresenta como algo que não pode ser contestado pelo interlocutor, constituindo-se como elemento essencial do sentido, mas não sendo objeto dele. Assim há um deslocamento a respeito da diferenciação destes dois modos de implícito. Enquanto a “concepção antiga” situava os pressupostos no enunciado e os subentendidos na enunciação, esta última concepção coloca a pressuposição como “parte integrante do sentido dos enunciados. O subentendido, por sua vez, diz respeito à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário.”(Ducrot, 1987, p.41). Mas, mesmo com esta distinção, o que caracteriza estes dois conceitos como implícitos é que, em ambos, ainda há a possibilidade do locutor negar a sua fala, quer por colocar a informação à margem do discurso (pressuposição), quer pelo fato de que a interpretação fica posta como responsabilidade do destinatário (subentendido). Deste modo, temos o pressuposto como o estabelecimento do quadro da enunciação o que, de certo modo, caracteriza o ato ilocucional como o ato de estabelecer o quadro da enunciação.

Antes de passarmos à última elaboração deste conceito, gostaríamos de assinalar ainda mais uma observação de Ducrot quanto a esta elaboração sobre os pressupostos. Por constatar a aplicabilidade restrita quanto aos critérios clássicos para se descobrir os pressupostos de um enunciado, a negação e a interrogação, ele passa a utilizar um outro critério, o encadeamento. Ou seja, “se uma frase pressupõe X, e um enunciado dessa frase é utilizado em um encadeamento discursivo, por exemplo, quando se argumenta a partir dele, encadeia-se com o que é posto e não com o que é pressuposto.” (1987, p.37). Desta forma, o pressuposto, na teoria sobre a argumentação na língua, é trazido pelo enunciado, mas não de um modo argumentativo, pois ele fica à margem da argumentação. Ou, dito de outro modo, a argumentação, entendida como algo que é apresentado como devendo orientar a continuação do discurso, se dá através do que é posto em um enunciado. E isto significa que há algo no dizer que não é argumentação, contrariamente ao que o próprio Ducrot procura sustentar.

### **2.3-Última elaboração do conceito de pressuposto**

A última elaboração do conceito de pressuposto é formulada por Ducrot em um artigo dedicado ao estudo da Polifonia, conceito que iremos discutir posteriormente. Para essa nossa discussão sobre os pressupostos, nos limitaremos aqui a apresentar a diferenciação que é feita entre o Locutor e os Enunciadores. Esta distinção é formulada para se discutir a unicidade do sujeito falante. Ou seja, Ducrot pretende demonstrar que há várias vozes diferentes dentro de um mesmo enunciado. Assim sendo, o Locutor (L) é o ser responsável pelo enunciado e a cada voz existente no interior do enunciado é dado o nome de Enunciador (E).

Desta forma, Ducrot passa a descrever diferentemente enunciados em que há o ato de pressuposição como, por exemplo, em “Pedro não fuma atualmente”. Neste enunciado percebemos dois atos distintos: um de asserção, presente no posto “Pedro não fuma atualmente”, e um ato de pressuposição, presente no pressuposto “Pedro fumava anteriormente”. A partir da teoria da polifonia, percebemos a presença de dois enunciadores, E1 e E2, onde o E2 é responsável pelo posto e é assimilado ao Locutor. O E1, responsável pelo pressuposto, é assimilado ao que Ducrot chama de SE, ou seja, a um sujeito indeterminado, uma voz coletiva na qual o locutor está incluído. Desta forma, no nível dos enunciadores, não há a pressuposição. Mas como o enunciado se presta para realizar este ato, a pressuposição aparece somente de um modo derivado no enunciado, pelo fato de que há “uma voz coletiva denunciando os erros passados de Pedro. A pressuposição entraria, assim, na mesma categoria dos atos de zombaria e concessão” (1987, p.217). Assim, Ducrot apresenta a pressuposição como um ato ilocucional em que o L, responsável por uma enunciação, deixa de assumir um enunciador de seu enunciado, ou seja, o L não assume o enunciador que apresenta o pressuposto. No caso da zombaria, que Ducrot coloca na mesma categoria da pressuposição, há um enunciador que apresenta um ponto de vista absurdo, o qual não é assumido pelo L. Deste modo, tanto na pressuposição como na zombaria, o L deixa de assumir certos enunciadores de seu enunciado.

### **3- ATOS DE LINGUAGEM**

Após este estudo sobre o implícito no pensamento ducrotiano, passamos a uma discussão sobre a teoria dos Atos de Linguagem. Teoria que, na obra de Ducrot, está fundamentalmente ligada ao estudo dos implícitos, especialmente ao estudo dos pressupostos. Desta forma, encontramos uma primeira reflexão sobre os atos de linguagem proposta por Ducrot exatamente em um livro em que os conceitos de subentendido e pressupostos são largamente discutidos: “*Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer)*”. Neste livro de 1972, Ducrot, nos dois primeiros capítulos, ao discutir o estatuto da pressuposição, apresenta uma reflexão sobre o conceito de atos de fala, desenvolvido por Austin. Mas, nestes dois capítulos, este conceito é apresentado para estabelecer um paralelo entre as condições de realização da asserção e a de outros atos. E para que qualquer ato seja realizado efetivamente, há a distinção feita por Austin entre duas exigências. Uma que podemos chamar de subjetiva, constituída “por um conjunto de sentimentos, desejos, intenções.” (1977, p.56). A outra exigência pode ser chamada de objetiva, podendo ocorrer somente em um tipo particular de situação, ou seja, uma ordem, por exemplo, somente se realizará se o locutor estiver em uma situação superior ao alocutário. Esta pequena apresentação dos atos de fala possibilita uma aproximação com a pressuposição, indicando o objetivo de descrever a pressuposição como um ato de fala particular, tal como vimos anteriormente.

Para que o objetivo que mostramos no parágrafo anterior possa se concretizar Ducrot, no terceiro capítulo intitulado “A noção de pressuposição: o ato de pressupor”, apresenta a teoria geral dos atos de fala elaborada por Austin. Esta teoria inicia-se com a descoberta feita por ele dos performativos, que são verbos que têm por função específica realizar uma ação, ou seja, pratica-se uma ação pelo fato de enunciar algo. Podemos pensar, como exemplo, a expressão *eu prometo*. Ao se enunciar esta expressão realiza-se uma promessa, diferentemente de uma expressão como *eu escrevo*, em que há somente uma descrição da ação que pratico. Mas, para melhor compreender este fenômeno da performatividade, Austin a dissolveu numa teoria mais ampla, a dos atos de linguagem. Assim ele classifica os atos lingüísticos em atos locucionais, que é a própria atividade psicofisiológica exigida pelo ato de falar; o ato perlocucional, em que a fala é o instrumento para a realização de um ato, ou seja, a fala é o meio tático para se chegar a um objetivo,

sendo portanto uma conseqüência indireta da enunciação; e o ato ilocucional que é “aquilo que se faz falando, aquilo que se faz pelo próprio fato de falar” (1977, p.86).

A partir desta descrição dos atos de linguagem que apontamos mais acima, Ducrot apresenta uma interpretação cuja formulação objetiva inclui os pressupostos entre os atos de fala. Deste modo, ele apresenta (retomamos aqui o que já apresentamos antes ao tratar dos pressupostos) a ação como toda atividade em que um indivíduo traz ou quer trazer alterações físicas ou sociais ao mundo. Uma ação jurídica ocorre “quando a atividade se caracteriza por uma transformação das relações legais existentes entre os indivíduos concernidos.” (1977, p.87). Ou seja, quando uma ação é descrita como criminosa ou meritória, por exemplo, configura-se como uma ação jurídica. E o ato jurídico é um modo específico da ação jurídica em que uma transformação legal se dá exatamente como o primeiro efeito da atividade. Desta maneira podemos pensar, como exemplo, o ato da martelada de um leiloeiro num leilão em que, através deste ato, é constituído o contrato de venda, estabelecendo obrigações ao vendedor e ao comprador. É dentro deste quadro do ato jurídico que se situa o ato ilocucional, sendo considerado por Ducrot como um caso jurídico realizado especificamente pela fala, ou seja, a fala produz um efeito transformador das relações legais dos interlocutores. Podemos pensar, como exemplo, na fala de um juiz na qual, pela fala de alguém revestido de uma eficácia social, o réu é considerado culpado ou inocente. Um outro conceito que é discutido neste capítulo é o do valor ilocucional. Segundo Ducrot, “uma expressão da língua tem valor ilocucional quando sua utilização provoca regularmente a realização de um ato ilocucional de tipo bem definido.” (1977, p.89). Ou seja, quando uma expressão sempre modifica as relações jurídicas dos indivíduos, tais como o modo imperativo. Assim, uma ordem como *abra aquela janela* cria sempre, para o ouvinte, uma alteração social, em que ele pode executar a ação e ser taxado de obediente ou não executá-la, e ser considerado um insubordinado.

Na edição brasileira deste livro, há o acréscimo de um artigo em que há uma certa autocrítica quanto a uma diferenciação entre o ato ilocucional que, até então, Ducrot o define como inscrito no enunciado e o perlocucional definido como ligado à situação. Neste texto, Ducrot altera este estatuto, passando a localizar o ato ilocucional, em alguns casos, na

enunciação. Tomemos, por exemplo, a expressão: *Você quer abrir a porta?* Em certas situações, ela pode ser entendida como uma ordem, reconhecível apenas pela situação de discurso, mesmo sendo marcada por um ato de interrogação. Neste exemplo observamos que há na própria enunciação um valor ilocucional, se entendermos este enunciado como uma ordem. E em numerosos outros casos também o valor ilocucional pode estar marcado na própria enunciação. Isso traz a necessidade de considerar, em uma descrição semântica, a descrição da enunciação, pois, somente com a descrição da enunciação é que podemos observar quais atos de linguagem determinado enunciado possui. Em um artigo dedicado aos atos lingüísticos, *Actos Lingüísticos* (1984) esta também é a definição apresentada por Ducrot para os atos de linguagem.

Esta autocrítica que apresentamos no parágrafo anterior também é o tema discutido em outro artigo, *Pressupostos e Subentendidos (Reexame)*, presente em Ducrot (1987), onde a discussão, feita com mais detalhes, aponta para a mesma conclusão, ou seja, que o valor ilocucional pode, em numerosos casos, estar marcado na enunciação. E esta redefinição é aplicada ao estatuto da pressuposição, o qual já discutimos no item anterior.

Uma objeção que esta elaboração do ato ilocucional, por várias vezes, recebe é quanto a um mesmo ato ser realizado de dois modos diferentes ou, para exemplificar, a ordem *Abra a porta* pode ser dada também através do enunciado *Você quer abrir a porta?* que contém, em primeiro lugar, um ato de interrogação. Esta objeção Ducrot somente terá condições de rebater após a elaboração da teoria polifônica da enunciação (1984). Neste texto, que iremos discutir posteriormente, Ducrot critica o postulado da unicidade do sujeito da enunciação, apresentando o Locutor enquanto ser do mundo (“ $\lambda$ ”) e o Locutor (L), que é o responsável pela enunciação. Além disso considera na enunciação certas vozes que não são as de um locutor. A estas Ducrot, como já dissemos, chama de enunciadores, “seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas.” (1987, p.192). Com a elaboração desta teoria, Ducrot coloca que, dependendo do enunciador que é assimilado ao Locutor, temos determinado ato ilocucional. Assim, se o enunciador assimilado ao Locutor for o que expressa a curiosidade quanto ao desejo do alocutário em abrir a porta, temos um ato de interrogação. Por outro

lado, se o enunciador assimilado ao Locutor não é este e sim um enunciador que deseja que o alocutário abra a porta, observamos a ocorrência de um ato de ordem. Desta forma, os atos ilocucionais continuam a se estabelecer na enunciação mas, a partir da teoria polifônica da enunciação, os atos são apresentados pelos enunciadores, no momento da enunciação.

Passamos agora a discutir a primeira forma da teoria argumentativa ducrotiana, que é a teoria das escalas argumentativas.

#### **4- ESCALAS ARGUMENTATIVAS**

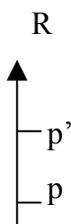
Ducrot inicia suas pesquisas sobre as escalas argumentativas a partir dos estudos feitos por Benveniste sobre a subjetividade na língua. Desta forma, ele se inscreve em uma linha de pesquisas voltadas a introduzir na língua certos fenômenos ligados à enunciação. Assim ele se interessa em discutir a observação de que muitos atos da enunciação têm por objetivo o ato de argumentar, ou seja, possuem uma função argumentativa. Partindo desta observação, Ducrot (1978)<sup>4</sup> coloca “que essa função tem marcas na própria estrutura do enunciado: o valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações por ela trazidas, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção” (1981, p.178). Assim, para ele, certos morfemas da língua possuem a propriedade de incluir a frase em uma escala e assim autorizar ou não certas continuidades, ou seja, o valor argumentativo de um enunciado depende da presença de certos morfemas e não somente dos fatos trazidos por ele.

Para verificar esta hipótese, Ducrot apresenta a noção de classe argumentativa, que relaciona enunciados que direcionam para a mesma conclusão. Desta forma, em certas condições, se apresento os enunciados *João não veio e José não veio*, ambos parecem autorizar a conclusão de que, por exemplo, uma certa festa foi um fracasso. Mas esta conclusão “é totalmente relativa a uma conclusão particular e a um locutor determinado”

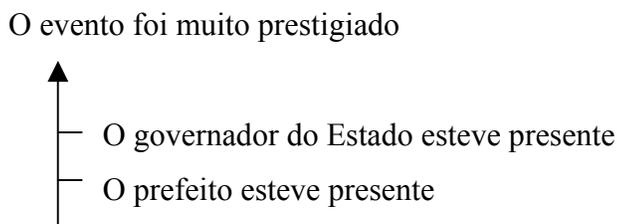
---

<sup>4</sup> Este texto não consta do original francês, que é de 1973

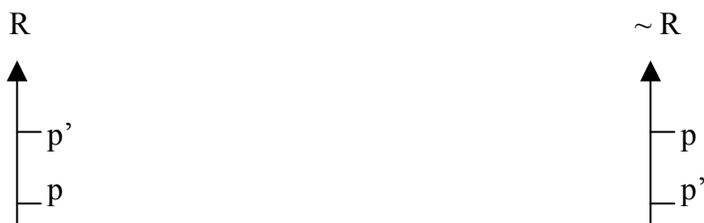
(idem, p.180). Ou seja, esta argumentação pode não assumir o mesmo valor para outro locutor e até mesmo para o mesmo locutor em uma outra situação. Assim, voltando aos exemplos que utilizamos anteriormente, podemos pensar que, para um outro locutor, a vinda de João, por motivos tais como a inconveniência de seus atos ou por não se relacionar com várias pessoas da festa, autoriza a conclusão de que a festa foi um sucesso. Neste ponto da teoria, Ducrot distingue as noções de argumento e de prova. A prova é imposta como um fator decisivo para se chegar a uma conclusão, enquanto que o argumento autoriza uma certa conclusão sem impô-la. Esta distinção é decisiva para que Ducrot possa pensar uma relação de força entre os argumentos ou, dito de outro modo, um locutor pode apresentar um argumento p' como superior a outro argumento p em relação a uma conclusão R. Segundo Ducrot, esta relação de força entre os argumentos é o que ele chama de escalas argumentativas, que representamos, tal como ele, pelo seguinte gráfico:



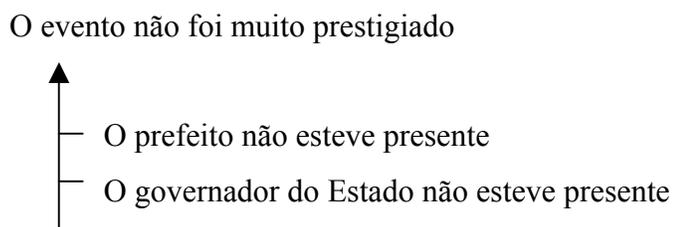
Deste modo, Ducrot passa a descrever vários morfemas, tais como *até*, *mesmo*, *até mesmo*, etc. Ou seja, segundo Ducrot, estes morfemas marcam lingüisticamente a argumentação na língua, evidenciando qual o argumento mais forte, dentro de determinada classe argumentativa, para direcionar o interlocutor a determinada conclusão. Assim, podemos pensar na inauguração de algum monumento, por exemplo uma estátua, em uma cidade. Para dizer que o evento foi muito prestigiado, podemos dizer: *O prefeito esteve presente e até mesmo o governador do Estado esteve presente*. Esquemáticamente temos:



Um fenômeno que Ducrot procurou caracterizar, desde o início, do ponto de vista argumentativo, foi a negação. Deste ponto de vista a negação inverte a ordem dos argumentos em uma escala, ou seja, se para uma conclusão R o argumento p' é superior ao argumento p, para uma conclusão  $\sim R$ , o argumento superior passa a ser  $\sim p$ :



Voltando ao nosso exemplo da inauguração de um monumento, para dizer que não foi muito prestigiado, podemos dizer: O governador do Estado não esteve presente e nem mesmo o prefeito esteve presente. Assim temos:



Mas, a respeito da negação, é preciso levar em conta uma distinção feita por Ducrot entre a negação descritiva e a negação metalingüística. Enquanto a negação descritiva nega o enunciado, tal qual em *João não foi à Bahia*, a negação metalingüística nega a própria enunciação. Vejamos um exemplo:

a-) *Este livro é bom.*

b-) *Não, ele não é bom, ele é excepcional!*

No caso de b, o que é negado não é a qualidade de *bom*, mas sim o próprio fato do outro locutor ter dito *Este livro é bom*. Desta maneira, Ducrot, ao apresentar os dois modos de funcionamento da negação, trata este fenômeno no interior de uma semântica da

enunciação e, de certo modo, apresenta a negação descritiva como podendo figurar em uma escala argumentativa.

Observamos que nesta primeira formulação que Ducrot faz da argumentação na língua, através da discussão sobre o conceito de escalas argumentativa, não há qualquer comentário a respeito de poesia ou mesmo a utilização de exemplos retirados de poesias. Mas, mesmo assim, a discussão que fizemos em relação a esta noção de escalas argumentativas é muito importante para a análise de enunciados, o que iremos fazer no capítulo 2. Após esta discussão, passamos agora a refletir sobre um outro conceito da teoria ducrotiana, a teoria polifônica da enunciação.

## **5 – POLIFONIA**

Para discutir este conceito, iremos nos basear no artigo “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, presente no livro “O Dizer e o Dito” (1984). Neste artigo, Ducrot critica o postulado segundo o qual: “cada enunciado possui um, e somente um autor” (1987, p.161). Para início de sua reflexão, Ducrot basea-se (de um modo bastante livre) nos estudos de Bakhtin sobre a polifonia presente em textos literários, ou seja, para Bakhtin há textos em que várias vozes diferentes falam simultaneamente. Mas Ducrot verifica que esta noção sempre fora utilizada para textos literários, mas nunca para enunciados. Pensamos que esta aproximação com a teoria literária produz um efeito muito particular que está diretamente relacionado com o objetivo que propomos de discutir o que é a poesia para Ducrot, que é uma certa aproximação da lingüística com a literatura. Esta aproximação faz com que ele utilize, além de muitos exemplos retirados de poemas, comparações lingüísticas retiradas da literatura, especialmente do teatro. E, nesta comparação com o teatro, ele utiliza quase que exclusivamente o teatro clássico francês que, como já dissemos, é todo redigido em versos, ou seja, são escritos em forma de poemas.

Um outro aspecto importante que queremos ressaltar quanto a este artigo é a formulação específica que Ducrot faz de alguns conceitos, como já vimos nas discussões a

respeito dos implícitos e dos atos de linguagem. Assim, ele retoma alguns conceitos e os especifica de um modo mais rigoroso, como, por exemplo, frase e enunciado; significação e sentido; enunciação; texto e discurso. Iremos apresentar estes conceitos, dialogando com um outro artigo de Ducrot, “Enunciação”, presente na “Enciclopédia Einaudi” (1984) e, em um momento posterior, pretendemos retomar essas discussões, aprofundá-las e relacioná-las com outras discussões que produzirmos, pois, dessa forma, pretendemos levantar questões que possam mostrar possíveis caminhos para entendermos a poesia em Ducrot.

### **5.1 – Frase e Enunciado**

Estas duas noções são tratadas conjuntamente pois, desta forma, Ducrot as elabora uma em relação à outra. Ou seja, para Ducrot, a melhor maneira de apresentar o conceito de frase é confrontando-o com o conceito de enunciado. Deste modo, Ducrot (1984) apresenta a frase como uma entidade abstrata, “um objeto teórico, entendendo por isso, que ele não pertence, para o lingüista, ao domínio do observável, mas constitui uma invenção desta ciência particular que é a gramática.” (1987, p.164). É o enunciado que ganha o estatuto de observável, ou seja, o enunciado é a realização de uma frase. Assim, se duas pessoas distintas dizem “Eu torço pelo Corinthians”, ou até a mesma pessoa dizendo “Eu torço pelo Corinthians” em dois momentos diferentes, estamos na presença de “dois enunciados diferentes, de dois observáveis diferentes, observáveis que a maior parte dos lingüistas explica decidindo que se trata de duas ocorrências da mesma frase de uma língua, definida como uma estrutura lexical e sintática, e da qual se supõe que ela é subjacente” (idem). Porém, para melhor definir esta noção de enunciado, ainda é preciso uma maior especificação. Um enunciado, além de ser o observável, também é fruto de uma seqüência de escolhas relativamente autônomas, ou seja, o enunciado possui uma certa independência, mas esta independência é determinada pela escolha do conjunto. Ou, dito de outro modo, o enunciado possui um sentido completo, mas este sentido só é possível em relação ao restante do discurso em que aparece, ou seja, é um fragmento do discurso.

### **5.2 – Texto e Discurso**

Do mesmo modo que a frase é uma entidade abstrata, o texto também ganha este estatuto. Desta forma, o texto é considerado como uma seqüência de frases, ou seja, o texto pertence ao domínio das entidades abstratas ou, dito de outro modo, o texto ganha o estatuto de um objeto teórico construído pelo lingüista para o estudo da língua.

Para a palavra discurso, Ducrot estabelece que “ela designará uma seqüência de enunciados ligados entre si: um discurso será, portanto, uma realização de um texto.” (Ducrot, 1984, p.369). Ou seja, o discurso também se caracteriza, dentro dos estudos lingüísticos ducrotianos, como do plano do que é observável.

Definidos desta forma, podemos traçar um paralelo entre as definições de frase e enunciado e de texto e discurso. Enquanto o texto é uma seqüência de frases, uma construção abstrata do lingüista, o discurso é uma seqüência de enunciados, sendo, portanto, pertencente ao domínio do observável. Também podemos observar que enquanto a frase e o enunciado estão em um nível elementar dos estudos lingüísticos, o texto e o discurso ocupam o nível complexo nestes estudos. Assim podemos resumir esta nossa discussão no seguinte quadro:

	<b>Nível elementar</b>	<b>Nível Complexo</b>
<b>Entidade abstrata</b>	<i>Frase</i>	<i>Texto</i>
<b>Observável (o que é realizado)</b>	<i>Enunciado</i>	<i>Discurso</i>

### **5.3 – Significação e Sentido**

Devido a esta diferenciação que Ducrot faz entre frase e enunciado e texto e discurso, ele também introduz uma diferenciação entre a significação e o sentido. Para Ducrot (1984) “quando se trata de caracterizar semanticamente uma frase, falarei de sua ‘significação’, e reservarei a palavra ‘sentido’ para a caracterização semântica do enunciado” (1987, p.169). Ao serem caracterizados desta forma, estes conceitos possuem uma diferença metodológica e também uma diferença de natureza. O sentido se estabelece no campo do observável e a significação da frase é o resultado das hipóteses explicativas

destinadas a explicar os enunciados desta frase. Deste modo poderíamos pensar que o sentido do enunciado é constituído da significação da frase e, por outro lado, pela situação do discurso. Ducrot rejeita totalmente esta concepção, ao representar a significação como “um conjunto de instruções dadas às pessoas que têm que interpretar os enunciados da frase, instruções que especificam que manobras realizar para associar um sentido a estes enunciados” (1987, p.170). Ou seja, a significação da frase cujo enunciado é “À noite deve chover” é “saber o que é necessário fazer, quando se está em presença deste enunciado, para interpretá-lo.” (idem).

Por outro lado, o sentido, que não é definido como o acréscimo da situação do discurso à significação, recebe o estatuto de “retrato” da enunciação. Ou seja, o sentido possui indicações sobre a enunciação. Ou, dito de outro modo, o sentido é uma descrição da enunciação: “o que o sujeito falante comunica através de seu enunciado é uma qualificação da enunciação deste enunciado” (1987, p.172). Assim, ele está ligado ao observável, enquanto que a significação está posta como entidade abstrata, mais especificamente na frase, conforme vemos no quadro a seguir:

	<b>Nível elementar</b>	<b>Nível Complexo</b>
<b>Entidade abstrata</b>	<i>Frase</i>	<i>Texto</i>
<b>Caracterização Semântica</b>	<i>Significação</i>	
<b>Observável</b>	<i>Enunciado</i>	<i>Discurso</i>
<b>Caracterização Semântica</b>	<i>Sentido</i>	<i>Sentido</i>

Um outro problema que não iremos tratar nesse momento, mas que retomaremos em trabalhos futuros e que verificamos através dessa discussão sobre significação e sentido, é quanto ao conceito de texto em Ducrot. Pela constituição do quadro acima, percebemos que o texto não possui uma caracterização semântica o que, de certo modo, deixa esse conceito esvaziado de sentido dentro do restante da teoria. Ou seja, esse conceito não possui um valor específico dentro das discussões teóricas propostas por Ducrot.

Por outro lado, percebemos que o sentido aparece ligado diretamente a um outro conceito: a enunciação.

#### **5.4 – Enunciação**

Para discutir o papel da enunciação nos estudos lingüísticos, Ducrot apresenta uma distinção entre pelo menos três acepções que este termo possui. Em primeiro lugar, esta noção pode ser entendida como sendo a atividade psico-fisiológica realizada pela produção do enunciado. A enunciação entendida desta maneira é descartada por Ducrot, deixando, inclusive, este tipo de questão fora de seus estudos, ou seja, ele trata suas questões sem levar em conta a atividade psico-fisiológica realizada. Uma segunda acepção é a que considera a enunciação como produto do sujeito falante. Esta acepção é o que Ducrot designa como enunciado, conforme apresentamos no item 5.1. Porém, antes da elaboração mais rigorosa desta noção presente nestes artigos, por várias vezes ele utilizou esta concepção da enunciação. A terceira acepção deste termo considera a enunciação como “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo ‘enunciação’” (1987, p.168). Aqui podemos pensar o modo como verificar a enunciação nos estudos lingüísticos. E isto se dá através do estudo do sentido do enunciado, isto é, para atingirmos a enunciação, é decisivo compreender qual o sentido do enunciado, uma vez que a enunciação é o tema do sentido do enunciado.

Com a formulação do conceito de enunciação desenvolvida por Ducrot, e que apresentamos mais acima, percebemos um ponto muito importante: ele não faz intervir a noção de autor da enunciação. Isto não significa que não exista um autor da enunciação, mas que, nos estudos enunciativos desenvolvidos por Ducrot, a questão da autoria não é posta em suas reflexões. Através desta perspectiva, há a possibilidade de refletir sobre a enunciação sem a necessidade de uma fonte e de um alvo. Ou seja, se houvesse, na definição ducrotiana da enunciação, um autor, ele seria um tema da enunciação o que, de certa forma, retiraria a noção de que a enunciação é o tema do sentido. Ou ainda, dito de

outro modo, se houver um autor da enunciação, este é um tema da enunciação, o que faria com que ele passasse a ser também o tema do sentido. Voltaremos a discutir o conceito ducrotiano de enunciação em outro capítulo.

Após apresentar, de um modo sintético, estas noções de frase e enunciado; texto e discurso; significação, sentido e enunciação, voltamos agora a refletir sobre a teoria da polifonia.

Mesmo não introduzindo a imagem de um produtor da fala na definição de enunciação, Ducrot verifica a necessidade de uma reflexão a este respeito, pois, no sentido do enunciado, há certas indicações sobre o autor ou autores da enunciação. E, dentre estes possíveis autores, há a distinção entre dois tipos de personagem: o locutor e o enunciador. O locutor é “um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado” (1987, p.182). Contudo, com esta definição, ainda é necessário pensar que, mesmo sendo o responsável pelo enunciado, este locutor não precisa necessariamente ser assimilado ao ser empírico produtor do enunciado. Deste modo, Ducrot(1984) faz ainda mais uma distinção quanto a esta noção de locutor, “o ‘locutor enquanto tal’ (por abreviação ‘L’) e o locutor enquanto ser do mundo (“λ”). L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade. λ é uma pessoa ‘completa’, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado – o que não impede que L e λ sejam seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado, e cujo estatuto metodológico é, pois, totalmente diferente daquele do sujeito falante” (idem, p.188).

Por outro lado, nos enunciados, aparecem vozes que não são as de um locutor, ou seja, em um enunciado existem mais vozes além da voz do locutor. A essas vozes Ducrot chama de enunciadores (E), que são seres “considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas” (1987, p.192). Com respeito aos enunciadores presentes no enunciado, o L pode se identificar, pode aprovar ou pode recusar o que diz o E. Para comprovar esta hipótese da não unicidade do sujeito

falante, Ducrot produz algumas comparações, com o teatro e com o romance. Iremos refletir um pouco somente sobre estas comparações com o teatro, por serem importantes para os nossos estudos sobre a poesia na teoria ducrotiana.

Em vários outros textos, Ducrot retira exemplos de poesias e também faz comparações com elas para explicitar suas teorias lingüísticas. Mas, neste texto sobre a polifonia da enunciação, Ducrot recorre à poesia de uma maneira mais constante. Assim, ele retira um trecho do *Britannicus* para analisar quantas vozes há:

“*Agrippine*:

*Et ce même Néron, que la vertu conduit*

*Fait enlever Junie au milieu de la nuit*” (1987, p. 191)

Ou, em outros casos, retira trechos para exemplificar a diferença entre o locutor (L) e os enunciadores (E), trechos de peças teatrais de Molière, que são escritas em versos, tal qual esta que se segue, retirada de *Misanthrope*:

“*La parfaite raison fuit toute extrémité*

*Et veut que l'on soit sage avec sobriété.*” (idem, p.211)

Uma outra afirmação que Ducrot faz é que a metáfora teatral pode trazer um benefício importante ao estudo estritamente lingüístico. Ou seja, através de uma comparação com o teatro, podemos entender melhor o funcionamento da língua.

Pensamos que esta aproximação do teatro, escrito em forma de poema, com os estudos lingüísticos, produz significados decisivos para a nossa reflexão. De certo modo, esta aproximação, principalmente pelo fato de Ducrot afirmar a importância da metáfora teatral para os estudos lingüísticos, coloca que dentro de seu pensamento a poesia ocupa um certo lugar que ainda não temos condições de precisar exatamente. Mas, até esta fase de suas reflexões, ele ainda não havia colocado a poesia em um outro lugar diferente da língua, o que, de uma certa forma, dá a entender, pelo menos até neste texto, que a poesia se situa na língua. Como Ducrot, em suas reflexões posteriores, coloca que a argumentação está na língua e que a argumentação é diferente da poesia, ainda é necessário mais algumas análises para que possamos chegar a uma conclusão do que seja a poesia para ele. Então,

passaremos agora a uma reflexão sobre um outro conceito desenvolvido por Ducrot, os topoi argumentativos.

## **6-TOPOI ARGUMENTATIVOS**

Para apresentar a sua noção de topos, Ducrot, em um artigo denominado “Argumentação e ‘topoi’ Argumentativos” (1989), apresenta um percurso sobre a noção de argumentação, passando pela concepção tradicional, a primeira forma que Ducrot e Anscombe dão a esta noção e a última concepção (daquele momento), em que aparece a noção de topos. Neste momento de nossa reflexão, iremos apenas apresentar estas noções, deixando para discutir a forma como a argumentação é tratada por Ducrot no próximo capítulo, onde, além de discutirmos esta noção, iremos fazer uma análise argumentativa a partir de sua teoria, para melhor demonstrar o modo como ele pensa a argumentação.

Na concepção tradicional da noção de argumentação, aparecem dois movimentos independentes. Assim, podemos pensar em um enunciado-argumento A para justificar o enunciado C. Para que isto ocorra, A deve indicar F, que pode ser um fato ou uma certa representação da realidade passível de ser considerada verdadeira ou falsa. Deste modo, o movimento que leva de A a C é feito totalmente independente da língua. Esta teoria é rechaçada por Ducrot, devido ao fato de que vários enunciados indicam o mesmo fato F, mas não autorizam a mesma argumentação. Temos, por exemplo, este par de enunciados:

*c-) Pedro trabalhou pouco.*

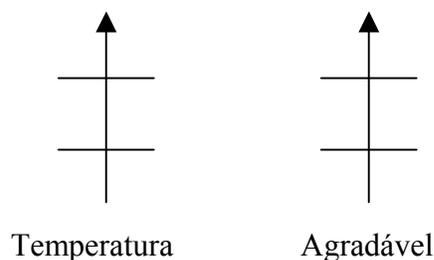
*d-) Pedro trabalhou um pouco.*

Ambos indicam o mesmo fato, mas podemos perceber que não podem ser usados para justificar a mesma conclusão. Esta reflexão foi o ponto de partida para sustentar a teoria de que a argumentação está diretamente determinada pela frase, ou seja, “a significação de certas frases contém instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados: a frase indica como se pode argumentar a partir de seus enunciados” (1989, p.18), o que fundamenta a teoria ducrotiana de que a argumentação está na língua.

Partindo desta constatação, Ducrot verifica a existência de morfemas, chamados de operadores argumentativos, que, introduzidos em uma frase, trazem uma modificação em seus valores argumentativos, modificação que não é derivada de uma diferença factual entre as informações fornecidas. E, através do estudo destes morfemas, tais como *mas*, *pouco*, *um pouco*, *também*, etc., ele elabora a sua primeira versão da teoria da argumentação na língua, em que “a força argumentativa de um enunciado A deve ser definida como um conjunto, eu quero dizer como o conjunto dos enunciados C1, C2,...etc. que podem aparecer como conclusões de A” (Ducrot, 1989, p.20). Deste modo, a continuidade assume uma posição privilegiada em seus estudos argumentativos, pois é ela que apresenta as possibilidades argumentativas de um enunciado. Assim, em um enunciado como “Pedro trabalhou um pouco”, podemos acrescentar uma continuidade como, por exemplo, “Ele está cansado”. Mas, mesmo com esse novo estatuto, há uma dificuldade para resolver: a questão de um mesmo enunciado poder ser usado para argumentar em direções opostas. Percebemos que nada impede acrescentar ao mesmo enunciado acima, c ou d, a continuidade “Ele não está cansado”. Isto se deve ao fato de que “as possibilidades de argumentação não dependem somente dos enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação” (1989, p. 21). E este princípio ao qual Ducrot se refere ele chama de “topos”.

Os princípios argumentativos ou, na terminologia ducrotiana, os topoi argumentativos, possuem três propriedades: eles são universais, ou seja, eles são partilhados por uma determinada comunidade lingüística; possuem uma generalidade, ou seja, o “princípio deve ser reputado válido, além da situação na qual é aplicado, para um grande número de situações análogas” (1989, p.25); uma outra característica dos topoi é que possuem uma natureza “gradual”, ou, dito de outro modo, o princípio que rege a argumentação é do tipo “quanto mais A, mais B” ou “quanto menos A, menos B”, isto é, uma variação na propriedade A produz uma mesma variação na propriedade B. Desta forma, podemos pensar no enunciado: “Hoje está calor, vou passear”, o qual convoca o topos “o calor torna o passeio agradável”, em que o calor é uma justificativa para o passeio.

Assim, mantidas as outras condições, temos que quanto mais calor, mais agradável será o passeio. Representando graficamente, temos:



Uma última caracterização que Ducrot dá dos topoi é que, devido a sua natureza gradual, o topos pode tomar várias formas equivalentes. A estas formas equivalentes Ducrot chama de “formas tópicas”, que são as duas formas tópicas recíprocas que fundamentam a argumentação. Ou seja, em um topos como “o calor torna o passeio agradável”, existem duas formas tópicas que são: “quanto mais calor, mais agradável” e “quanto menos calor, menos agradável”. Para melhor compreendermos esta noção, vejamos estes exemplos onde acrescentamos uma continuidade em um enunciado com o operador argumentativo “pouco” e neste mesmo enunciado alterando “pouco” por “um pouco”:

- e-) Pedro trabalhou um pouco. Ele vai conseguir.*
- f-) Pedro trabalhou um pouco. Ele não vai conseguir.*
- g-) Pedro trabalhou pouco. Ele vai conseguir.*
- h-) Pedro trabalhou pouco. Ele não vai conseguir.*

Percebemos que todos estes enunciados são realizáveis, apesar da diferença nas argumentações apresentadas. E esta diferença se dá devido à mobilização de topoi diferentes, apresentados, cada um deles, em duas formas tópicas recíprocas. Assim, “f” e “g” são sustentadas pelas duas formas tópicas do topos “O trabalho leva ao fracasso”, enquanto “e” e “h” o são pelas duas formas tópicas do topos “O trabalho leva ao êxito”. Assim, notamos que não somente o interlocutor deve procurar a conclusão possível, mas também o topos convocado pelo enunciado, ou seja, para interpretar um enunciado argumentativo é necessário imaginar o topos utilizado pelo locutor.

Uma observação relevante para os nossos estudos é que exatamente neste momento de sua teoria, onde ele introduz o conceito de topos, ele coloca em tensão os conceitos de poesia e de argumentação, ao levantar a questão do caráter anti-poético da argumentação, logo após apresentar a idéia de que a argumentação é intrínseca à língua.

Ou seja, Ducrot pensa a poesia em um lugar diferente da língua ao colocar na argumentação um conceito exterior à própria língua. Correlatamente, diferentemente do que vimos ao analisar o conceito de polifonia, a poesia não é mais colocada como exemplo para se pensar a língua.

## **7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após esta análise dos conceitos utilizados por Ducrot, notamos que, em seu pensamento, há um movimento em que, em um primeiro instante, a poesia parece ganhar uma certa importância para os estudos lingüísticos. Em um segundo instante, a poesia fica posta em um outro lugar diferente do da argumentação. Dizemos isto pelo fato dele utilizar por várias vezes trechos retirados de poemas para exemplificar o seu pensamento lingüístico e, com a introdução da noção dos topoi argumentativos, ele afirma o caráter anti-poético da argumentação. Um outro ponto que queremos ressaltar é que, dentro da teoria da argumentação na língua, observamos que, de certa forma, o poético, pelo uso que faz da exemplificação retirada de poemas, parece estar relacionado com a presença de várias vozes diferentes no enunciado, ou seja, o poético seria inscrito na polifonia, enquanto que o não-poético estaria relacionado com a argumentação.

Deste modo, a análise dos conceitos ducrotianos abriu um certo caminho para pensarmos a questão da poesia para Ducrot, além de permitir entender melhor a sua teoria sobre a língua. Pensamos que com as análises que faremos nos próximos capítulos, teremos condições de apresentar uma conclusão satisfatória quanto ao que é a poesia para Ducrot.

## **2º CAPÍTULO**

**Discussão sobre a argumentação e análise argumentativa**

## 1 - ARGUMENTAÇÃO

Pretendemos neste capítulo promover uma discussão mais detalhada do que é a argumentação para Ducrot e, após esta discussão, apresentar uma análise argumentativa feita segundo o modelo ducrotiano, com o intuito de mostrar o modo como ele opera sua teoria em uma análise.

No capítulo anterior já apresentamos, de uma forma sintética, o modo como Ducrot pensa a noção de argumentação, através de duas elaborações sobre este conceito. Em um primeiro momento, ele apresenta um estudo sobre certos morfemas que possuem um valor argumentativo, ou seja, para a ele a língua possui morfemas, chamados por ele de operadores argumentativos, que incluem a frase em uma escala argumentativa, orientando qual a direção que este enunciado indica. Deste modo, a continuidade de um enunciado passa a ocupar um lugar central na sua noção de argumentação, pois a orientação argumentativa é que autoriza ou não uma certa continuidade, que terá o estatuto de conclusão. Ou seja, um enunciado pode ser dividido em segmentos e, a partir de um segmento inicial, os segmentos que eventualmente podem ocupar o lugar de conclusão são definidos a partir dos operadores argumentativos presentes no primeiro segmento. E estes operadores argumentativos são unidades da língua, o que autoriza Ducrot e Ascombre a dizer que a argumentação está na língua. Assim, podemos pensar no seguinte exemplo:

*Ele estudou pouco, não vai passar no vestibular.*

Este enunciado, que tomamos como exemplo, pode ser dividido em dois segmentos, sendo que o primeiro, “Ele estudou pouco”, é um argumento para o segundo segmento, que possui o estatuto de conclusão, “não vai passar no vestibular”. É o operador argumentativo *pouco* que orienta qual a continuidade possível para o segundo segmento ou, dito de outro modo, o emprego da palavra *pouco* torna possível ou impossível uma certa continuidade, caracterizando o valor argumentativo do enunciado. Mas uma deficiência quanto a esta teoria aparece no momento em que se percebe a necessidade de apontar os princípios que

colocam em relação os enunciados tomados por argumentos e conclusões. Neste ponto de seu pensamento Ducrot apresenta a segunda elaboração de sua teoria da argumentação, acrescentando a noção de topos argumentativo, que já explicitamos no capítulo anterior.

Uma outra característica da argumentação para Ducrot é o modo como ele relaciona a argumentação com a teoria da polifonia, conceito que já apresentamos no capítulo anterior. Para ele, a descrição da argumentação não se dá no nível dos enunciados e sim no nível dos enunciadores. Para melhor compreendermos este pensamento, vamos relembrar a teoria da polifonia com um exemplo, já relacionando-a com a argumentação. Pensemos no seguinte diálogo:

*a - O dia está ensolarado, vamos passear?*

*b - O dia está ensolarado, mas estou com dor de cabeça.*

No segundo enunciado, podemos observar a presença de quatro enunciadores:

L 

{	E <sub>1</sub> – Afirmo que o dia está ensolarado (x)
	x – vamos passear
	E <sub>2</sub> – mas estou com dor de cabeça. (y)
	y – não ir passear

O locutor aprova a perspectiva adotada por E<sub>1</sub>, que é a apresentação do dia ensolarado. Mas, por outro lado, o locutor recusa a perspectiva adotada por E<sub>2</sub>, que seria uma conclusão favorável ao passeio. O locutor se identifica com a perspectiva de E<sub>3</sub>, em que é apresentado o problema de saúde que o impede de passear. Posição igual ele adota frente ao E<sub>4</sub>, que é de não aceitar o convite para o passeio. Através deste exemplo, notamos que a argumentação se faz devido ao locutor se identificar a um dos enunciadores, posição que Ducrot verifica em vários outros enunciados, fazendo com que esta tese seja sustentável. Assim, com relação à teoria da polifonia da enunciação, Ducrot (1990, p.99) apresenta que “decir que un enunciado contiene un acto de argumentación equivale a decir que el locutor del enunciado se identifica con un enunciador que argumenta, pero el enunciado puede tener un valor argumentativo aun si el locutor no se identifica con un enunciador que argumenta.” Através desta reflexão, podemos observar que o ato de

argumentação está na enunciação, pois, conforme já dissemos, aquela se dá através do ponto de vista de um dos enunciadores, que se faz presente na enunciação, mas, por outro lado, a língua possui um valor argumentativo, o que podemos observar através da presença de certas morfemas (operadores argumentativos) em determinados enunciados que possuem a propriedade de colocar o enunciado em uma escala argumentativa e fazer com que os enunciados orientem em determinado sentido argumentativo.

Assim apresentada a argumentação, passamos agora a verificar o modo como Ducrot opera estes seus conceitos dentro de uma análise. Para esta demonstração, faremos uma análise em um enunciado retirado de um poema e outro retirado de um texto em prosa.

## **2 - ANÁLISE ARGUMENTATIVA DE ENUNCIADOS**

A seguir vamos nos dedicar a produzir algumas análises de enunciados retirados de poemas e enunciados retirados de textos em prosa, utilizando a teoria da argumentação na língua desenvolvida por O.Ducrot. Como vimos, conforme esta teoria, a argumentação está marcada na própria língua, através de palavras como *mas, entretanto, também, pouco, um pouco, etc.* Desta forma, estas palavras orientam argumentativamente em determinada direção, e o que queremos aqui mostrar é que isto ocorre em enunciados dos dois tipos de texto. Ou seja, em enunciados retirados de poemas e de textos em prosa.

Antes de iniciar nossa reflexão, gostaríamos de especificar a nomenclatura que iremos utilizar com o propósito de diferenciar os enunciados retirados de poemas e os enunciados para os textos em prosa. Para os enunciados retirados de poemas iremos utilizar o nome de enunciados de poemas enquanto que, para os enunciados retirados de textos em prosa, reservaremos o nome de enunciados de não-poemas. Esta nossa nomeação se faz de modo totalmente arbitrário, com o intuito de facilitar o acompanhamento do tipo de texto em que ocorrem os enunciados que estamos analisando.

Para compor o nosso corpus, iremos retirar da obra de Molière e de um jornal, alguns enunciados em que apareçam estas palavras. A escolha da obra de Molière se deu

primeiramente pelo texto ser escrito em forma de versos, ou seja, o texto configura-se como um poema o que, conforme a nomenclatura que especificamos mais acima, credencia os seus enunciados como enunciados de poema e, em segundo lugar, pelo fato de que Ducrot coloca em suas obras vários exemplos retirados da comédia clássica francesa, especialmente de Molière. Mas, para a nossa pesquisa, não iremos utilizar os textos originais, escritos em francês e sim textos traduzidos, em versos, para o português. O jornal foi escolhido por ser um espaço que possui uma certa circulação e atinge um público bem diverso e, principalmente, por ser um lugar onde se procura utilizar uma linguagem essencialmente não-poética ou, dito de outro modo, para comunicar uma notícia, esta deve, em um jornal, ter a pretensão de ser o mais objetiva possível.

Para desenvolver a nossa análise, não iremos verificar o comportamento dos operadores argumentativos em vários enunciados diferentes, mas sim localizar em um enunciado de poema e em um enunciado de não-poema a mesma palavra que, segundo Ducrot, marca a argumentação na língua. Após localizá-los, produziremos uma análise de cada enunciado, confrontando os resultados para podermos verificar a nossa hipótese inicial de que o funcionamento de ambos os enunciados se dão de modo semelhante. Confirmada esta hipótese inicial, passaremos a discutir a afirmação de Ducrot de que o poético não inclui a argumentação.

### **3 - OPERADOR ARGUMENTATIVO *TAMBÉM***

#### **3.1 – Enunciado de não-poema**

Iniciaremos a análise pelo comportamento dos operadores argumentativos dentro de um enunciado de não-poema e depois analisaremos um enunciado de poema. Tomamos para estas análises o operador argumentativo *também*.

Para tanto as nossas reflexões se darão, em um primeiro momento, sobre a palavra *também* presente na manchete do *Diário do Povo de Campinas do dia 11 de dezembro de 2004*:

*Região Central está entupida  
de Gente, e de Ladrões também*

Além de verificar o uso argumentativo da palavra *também*, notamos uma questão relativa à designação e referência entre as palavras *gente* e *ladrões* que está diretamente ligada ao funcionamento da argumentação neste enunciado.

Para a análise argumentativa do *também*, utilizaremos largamente o estudo desta palavra realizado por Carlos Vogt, semanticista que utiliza a teoria da argumentação na língua elaborada por Ducrot, presente no livro Intervalo Semântico (1977).

Pensamos que, através desta reflexão, poderemos compreender melhor o funcionamento da palavra *também*, poderemos, ainda, obter resultados que possam apresentar o modo como o *também* funciona em um enunciado de não-poema e que, posteriormente, será confrontado com os resultados de uma análise desta palavra em um enunciado de um poema.

### **3.1.1 – Também: um advérbio?**

Logo no início de nossa análise deparamo-nos com uma questão a respeito da palavra *também*: em qual classe de palavras ela se enquadra? Em uma consulta ao dicionário Larousse, verificamos que esta palavra aparece como advérbio e no dicionário Aurélio ela aparece como advérbio e como interjeição.

Para o estudo do enunciado em questão, descartamos esta última possibilidade porque, conforme Cunha (1976, p.398), “Interjeição é uma espécie de grito com que traduzimos de modo vivo nossas emoções.” E nos parece que não há no enunciado de que tratamos emoção expressa por nenhum dos enunciadores. Voltemos agora à hipótese de que *também* seja um advérbio. Recorrendo novamente à posição de um gramático, Celso Cunha (idem), verificamos que “Estas palavras que se juntam a verbos, para exprimir

circunstâncias em que se desenvolve o processo verbal, e a adjetivos, para intensificar uma qualidade, chamam-se advérbios.” Não nos parece que seja o caso do enunciado em questão. Sintaticamente, a palavra *também* está diretamente ligada ao nome *ladrões*, mas não há uma alteração neste nome provinda da palavra *também*. Por outro lado, percebemos uma questão sobre a possibilidade da palavra *também* incidir sobre todo o predicado ou somente sobre parte dele, questão que iremos tratar um pouco mais à frente. Sendo assim, por não alterar nenhum verbo ou adjetivo, a palavra *também* não se enquadra como advérbio. Então, o que pode ser a palavra *também*?

Em uma consulta a uma outra gramática (Cegalla, 1992), encontramos uma resposta que difere daquelas apresentadas nos dicionários. Algumas palavras, que eram consideradas como advérbios, não se enquadram em nenhuma das dez classes de palavras conhecidas e formam um grupo chamado de palavras ou locuções denotativas. Entre elas encontramos o nosso *também*, que está em um grupo de palavras que exprimem inclusão. Assim apresentada esta palavra possui, na visão da gramática, como principal atributo, o de incluir um elemento a um conjunto ou a uma determinada situação. Esta definição parece dar conta de enunciados do tipo:

(1)- *João também vai à praia.*

Neste caso, o *também* inclui o João no grupo de pessoas que irão à praia. Mas em outros enunciados, como o enunciado que é o foco de nossa análise, *também* parece fazer mais do que simplesmente incluir. Pretendemos discutir essa hipótese através deste trabalho.

### **3.1.2- Também: um anafórico?**

Vimos que, através de uma consulta a algumas gramáticas, *também* é uma palavra denotativa que indica uma inclusão de um termo a um grupo ou a uma ação. O que pretendemos mostrar aqui é que, além desta propriedade de inclusão, há a possibilidade de

que esta palavra seja um anafórico<sup>5</sup>. Verificaremos a pertinência desta possibilidade. Observemos o enunciado:

2- *Maria saiu e José também.*

Neste caso, *também*, além de exprimir inclusão, possui um valor anafórico ao recuperar o verbo *saiu*. Será este o caso do enunciado que estamos analisando? Para verificar a hipótese de que *também* funcione como um anafórico no enunciado que estamos analisando, iremos produzir algumas manipulações heurísticas:

3-*Região central está entupida de gente, e de ladrões também.*

3.a - *Região central está entupida de gente, e está entupida de ladrões também.*

3.b – (?) *Região central está entupida de gente, e está entupida de ladrões.*

3.c – (?) *Região central está entupida de gente e a região central está entupida de ladrões.*

3.d – *Região central está entupida de gente, e também de ladrões.*

3.e – (?) *Região central está entupida de gente e de também ladrões.*

3.f – *Região central está entupida de gente e de, também, ladrões.*

Para termos *também* como um anafórico, esta palavra deveria recuperar algo do primeiro segmento. Então em 3.a, com o acréscimo de “está entupida”, percebemos que o *também* não funciona como um anafórico, ele inclui *ladrões* no ato de entupir a região central. Em 3.b, novamente acrescentando “está entupida” mas, desta vez, sem a presença da palavra *também*, percebemos um certo estranhamento no enunciado, estranhamento que não advém de algum problema sintático e que se resolve pela presença do *também*. Passamos agora a verificar 3.c. Neste enunciado, retiramos o *também* e acrescentamos a expressão “região central está entupida de ladrões.”, expressão que não aparece no segundo segmento do enunciado 3 e que, teoricamente, seria recuperada por *também*. Temos neste

---

1. O uso que fazemos de anafórico é o mesmo indicado por Carlos Vogt (1977, p.112) e que reproduzimos aqui: “Emprego o termo *anáfora* como equivalente a ‘substituinte de um termo no interior do discurso’. Estes elementos, além da economia do discurso que atualizam, são, como foi freqüentemente observado, índices de coerência e homogeneidade do discurso.”

caso, do mesmo modo que em 3.b, uma estranheza. No enunciado 3, que estamos analisando, percebemos que há uma elipse da expressão que acrescentamos em 3.b e em 3.c e é essa elipse que faz a anáfora. Como vimos, os enunciados 3.b e 3.c, apesar de serem sintaticamente perfeitos, soam um pouco estranhos para qualquer falante de língua portuguesa mas, para que esta estranheza desapareça, basta que coloquemos o *também* no final do enunciado. Assim teremos:

3.b.1 – *Região central está entupida de gente, e está entupida de ladrões também.*

Que é igual a (3.a), e:

3.c.1 – *Região central está entupida de gente e a região central está entupida de ladrões também.*

Como já dissemos, nesses dois casos a estranheza desaparece, apesar de que é possível que concordemos que 3.b.1 é melhor do que 3.c.1.

Em 3.e, ao deslocar o *também* para antes de *ladrões* e após o *de*, o enunciado passa a não ser realizável. Em 3.f, verificamos que o *também*, sendo deslocado para antes de *ladrões* e após o *de* intercalado por vírgulas torna o enunciado realizável, apesar de não ser usual na língua portuguesa. Em 3.d, ao deslocar o *também* para antes de *de ladrões*, não há qualquer mudança sintática e o enunciado é perfeitamente realizável. Mas, com esse deslocamento, percebemos que há uma diferença sensível na argumentação realizada neste enunciado, ou seja, percebemos que o *também*, posposto a *ladrões*, deixa o segundo argumento, de certa forma, mais forte que o primeiro e, além disso, produz uma certa oposição entre *gente* e *ladrões*. Segundo García Negroni, este termo é um Modificador Sobrerrealizante, que “introduit un argument supplémentaire et plus fort dans le sens de la conclusion visée par le premier, présente une grande affinité avec la tournure **non seulement P, mais aussi Q.**” (1995, p.104)<sup>6</sup>. Assim, ao configurar o *também* posposto

---

<sup>6</sup> Em nossa tradução:” introduz um argumento suplementar e mais forte dentro do sentido da conclusão visado pelo primeiro, apresentando uma grande afinidade com a orientação **não somente P, mas também Q.**”

como um sobrerrealizante, podemos considerar a seguinte manipulação heurística como realizável:

*3.g – Região central está entupida não só de gente, mas de ladrões também.*

Aqui aparece, de uma maneira mais forte, uma oposição entre ladrões e gente que, de certo modo, já aparece de um modo mais fraco no enunciado **3**. Como já dissemos, esta interpretação só é possível pela presença do *também* posposto, caracterizado como um Modificador Sobrerrealizante.

Desta forma, observamos que, através das manipulações heurísticas que fizemos a partir do enunciado **3**, o *também* não funciona como anafórico. E a nossa hipótese é que ele funciona como um operador argumentativo, tal qual nos diz Vogt (1977): “Desta forma, como já dissemos, *também* não pode ser considerado como um simples substituinte, mas, ao contrário, se a nossa observação é correta, esse elemento guarda um certo valor de operador de argumentação que é próprio da sua origem comparativa”. (p.122).

Através das observações feitas até aqui, pensamos que, acompanhando as análises de Vogt, *também* possui um valor argumentativo neste enunciado, o que discutiremos logo a seguir.

### **3.1.3- Também: um operador argumentativo**

Depois de percorrer um caminho para se entender o funcionamento da palavra *também* no enunciado **3**, não tivemos boas respostas, mas somente a constatação de que *também* não se enquadra facilmente em qualquer definição. Voltamos agora nossa atenção para a nossa hipótese de que *também* seja um operador argumentativo, no sentido que lhe dá Ducrot e tal como é tratado por Vogt. Através de mais uma manipulação heurística, vamos observar algumas mudanças que ocorrem:

*3-Região central está entupida de gente, e de ladrões também.*

#### *4- Região central está entupida de gente e de ladrões.*

A transformação que operamos em 4 faz com que este enunciado veicule as mesmas informações que o enunciado 3, ou seja, ele apresenta a região central entupida de gente e de ladrões. Mas nesta transformação, na qual excluimos o *também*, o enunciado apresenta uma certa diferença ao simplesmente apresentar a informação. Verificamos que, em 4, os segmentos aparecem coordenados e o *e* não é substituível por *mas*:

#### *4.a - (?) Região central está entupida de gente mas de ladrões.*

Por outro lado, no enunciado 3, a presença do *também* possibilita a divisão em dois segmentos e, além disso, notamos que o *e* pode ser substituído pelo *mas*, ou seja, devido a presença do *também*, o segundo segmento não significa o simples acréscimo de uma informação.

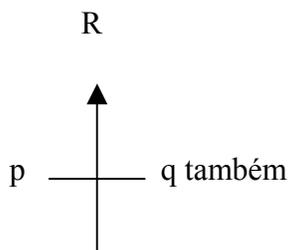
#### *3.h - Região central está entupida de gente mas de ladrões também.*

Ou seja, além de veicular a informação sobre a presença de gente e de ladrões, este enunciado possui um valor argumentativo, isto é, a presença do *também* faz com que este enunciado funcione argumentativamente. Dito isto analisemos 3, a partir da posição da semântica argumentativa, na sua primeira formulação. Para isso, vamos dividir o enunciado 3 em dois segmentos, que chamaremos de *A* e *B*:

*a – Região central está entupida de gente*

*b – e de ladrões também.*

Segundo a análise de Vogt (1977), os dois segmentos apresentam argumentos diferentes que apontam para a mesma conclusão, que é a lotação da região central, ou seja, a expressão *p e q também* leva sempre à mesma conclusão. Podemos ter uma melhor visualização através do seguinte esquema:



onde R = é impossível ir ao centro

p – gente entope a região central

q - ladrões entopem a região central.

Desta forma percebemos aqui o funcionamento argumentativo da palavra *também*, tal qual o conceito argumentativo de *também* elaborado por Vogt (1977): “Para qualquer locutor L da língua portuguesa e qualquer que seja a intenção argumentativa de seu ato de enunciação, dizer p também q significa dizer que p e q têm a mesma força argumentativa, relativamente a tal intenção.” (p.131). Assim, este operador não hierarquiza os argumentos e sim adiciona argumentos a outros argumentos já dados. Vejamos como se comporta o enunciado com a presença de um operador argumentativo que hierarquiza os argumentos, do tipo *até mesmo*.

3.i – *Região central está entupida de gente, e até mesmo de ladrões também.*

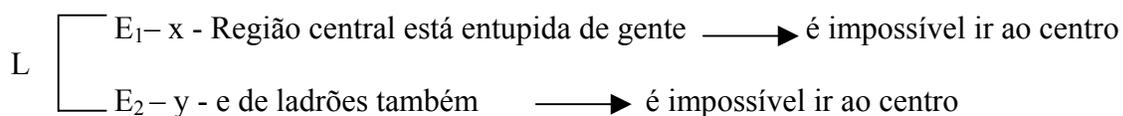
3.j - *Região central está entupida de gente, e, também, até mesmo de ladrões.*

Assim podemos observar que o *também* pode se relacionar com operadores argumentativos que hierarquizam argumentos, como o *até mesmo*. Devido a mobilidade do *também*, notamos que ele incide sobre todo o segundo segmento: “*e até mesmo ladrões*”, sem lhe alterar a força argumentativa. Quanto a essa observação, poderiam nos objetar que ladrões aparece como superior hierarquicamente a gente. Concordamos, mas esta hierarquização ocorre devido a presença do *até mesmo* e não do *também*. Deste modo podemos observar mais uma vez que o *também* possui a propriedade de acrescentar argumentos, sem hierarquizá-los.

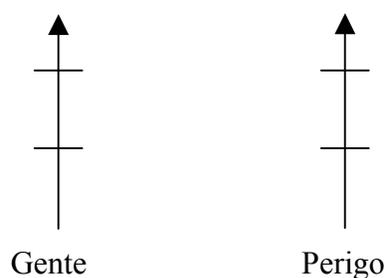
E, utilizando novamente a descrição de Vogt, percebemos que “Esta operação, entretanto, não tem como resultado a fusão dos argumentos num terceiro argumento que representaria o total da força argumentativa, de uma soma aritmética. Ao contrário, o fato de adicionar proposições de igual força argumentativa, ainda que orientadas segundo o mesmo *r*, constitui um obstáculo para a ‘demonstração’ deste *r*.” (idem, p.160). Esta observação é decisiva para a análise que estamos empreendendo, pois percebemos neste enunciado a não-fusão dos argumentos apresentados ou, dito de outro modo, neste enunciado os argumentos *gente* e *ladrões*, apesar de ambos serem apresentados como entupindo a região central e criando uma impossibilidade de ir ao centro, eles não são assimilados em um único argumento. Além disso, vemos aqui uma outra questão que é levantada a partir da noção de Modificador Sobrerrealizante. Apesar dos dois argumentos serem apresentados com a mesma força argumentativa, notamos que, pela posição que o *também* tem neste enunciado, ou seja, posposto a *ladrões*, ele apresenta este segundo argumento com uma maior intensidade argumentativa do que *gente*. Assim, além de colocar dois argumentos com a mesma força, o *também* pode, em alguns casos, como este que apresentamos, deixar o argumento em que ele incide diretamente mais forte do que o outro. Isto acontece quando o *também* vem posposto a este argumento no qual ele incide, e é caracterizado como um Modificador Sobrerrealizante.

Antes porém de passarmos a uma análise mais específica dos argumentos entupida de *gente* e entupida de *ladrões*, observaremos como se daria a análise pela teoria da polifonia, desenvolvida por Ducrot (1987) e já anteriormente apresentada. Nesta teoria, o sujeito da enunciação perde o seu estatuto de unicidade pois, para ele, um enunciado representa mais de um ponto de vista, destituindo a unicidade do sujeito. A cada voz existente no interior de um enunciado é dado o nome de enunciador e o ser responsável pelo enunciado é nomeado como Locutor. Também iremos utilizar a teoria dos Topoi Argumentativos (1989). O topos que é o lugar comum da argumentação, ou seja, o topos é o que garante a passagem do argumento à conclusão. Assim, percebemos a presença neste enunciado de um Locutor e de dois Enunciadores. Desta forma passamos a verificar o funcionamento que o operador argumentativo *também* possui neste enunciado, que é a realização da frase  $A(x)$ , e  $B(y)$ , sendo que  $x$  e  $y$  são os elementos semânticos de  $A$  e  $B$ .

Ao fazer intervir a teoria da polifonia, podemos considerar, neste enunciado, a presença de um Locutor e de dois Enunciadores:



Ao analisar o segmento  $A(x)$  com a teoria dos Topoi Argumentativos, evocamos o Topos do perigo, onde a presença de muita gente aumenta o perigo de freqüentar o centro da cidade.

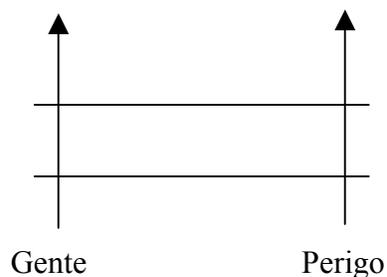


Que se apresenta em duas formas tópicas, que são as seguintes:

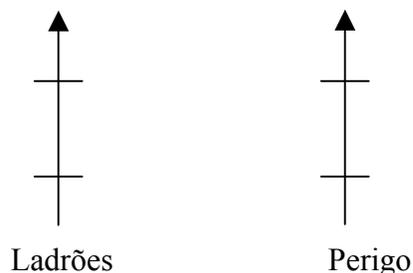
$$Ft_1 = \text{quanto} + G + P$$

$$Ft_2 = \text{quanto} - G - P$$

Ou seja, para o segmento A, temos:



Utilizando o mesmo procedimento no segmento *B*, observamos que, com o mesmo topoi do perigo, ocorre o mesmo que no segmento *A*. Desta forma temos:

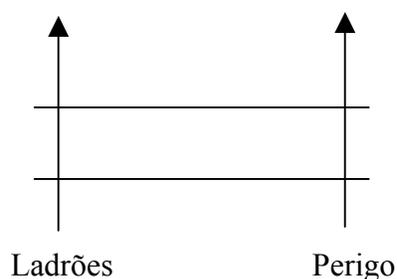


Que se apresenta em duas formas tópicas, que são as seguintes:

$$Ft_1 = \text{quanto} + L + P$$

$$Ft_2 = \text{quanto} - L - P$$

Assim, para o segmento *B*, temos:



Deste modo observamos que o locutor concorda com o argumento apresentado pelo enunciador 1, na sua forma tópica 1, em que é apontado a lotação da região central por *gente*, o que torna impossível freqüentá-la. Por outro lado, consideramos que o Locutor assume igualmente o argumento que o enunciador 2 apresenta, por estar com igual valor argumentativo que o argumento apresentado pelo enunciador 1. Notamos também que esta igualdade na força argumentativa provém do funcionamento argumentativo da palavra *também*, que explicitamos no parágrafo anterior, e que se mostra mais visível a partir da teoria dos Topoi Argumentativos, ao aparecer sob a forma tópica 1 dos topoi 1 e 2, ou seja, por se colocar na posição de que haver muita gente e muitos ladrões torna impossível ir ao

centro. E aqui é interessante observar que só é possível chegar a este resultado por se considerar que *p* e *q* em *p* e *q também* são argumentos distintos. Não fosse isso, como lidar com a esperada e não realizada interpretação hiperonímica entre *gente* e *ladrões*?

Assim sendo, observamos que neste enunciado o *também* possui um valor argumentativo. Nesta curta análise um problema que não vamos abordar aqui e deixamos para um outro trabalho é sobre o que significa a impossibilidade da interpretação hiperonímica que o sentido estabelecido das palavras *gente* e *ladrões* pareceria exigir. Diante desta impossibilidade, podemos deixar a seguinte pergunta: em que sentido ladrão não é gente?

### 3.2 – Um enunciado de poema

Para a análise da palavra *também* em um enunciado de poema, iremos nos reportar à Cena V do Terceiro ato da peça “A Escola dos Maridos”, de Molière, onde o Comissário apresenta a Sganarello, de modo positivo, um tabelião do rei, com os seguintes versos:

5- *É sim; sendo também,  
Além de mui capaz, perfeito homem de bem.*

Como já dissemos, aqui nos interessamos pelo modo como o operador argumentativo *também* afeta o enunciado. Então vamos, através de algumas manipulações heurísticas, observar quais as mudanças que ocorrem:

5.a- *É sim; sendo,  
Além de mui capaz, perfeito homem de bem.*

5.b- *É sim; sendo,  
Além de mui capaz, perfeito homem de bem também.*

5.c (?) – *É sim; sendo,  
Além de mui capaz também, perfeito homem de bem.*

5.d (?) – *É sim; sendo,*  
*Além de mui capaz, mas também perfeito homem de bem*

5.e – *É sim; sendo,*  
*Não só mui capaz, mas também perfeito homem*

5.f – *É sim; sendo também,*  
*Perfeito homem de bem, além de mui capaz.*

5.g (?) – *É sim; sendo também,*  
*Além de não mui capaz, perfeito homem de bem.*

5.h (?) – *É sim; sendo também,*  
*Além de mui capaz, não é perfeito homem de bem.*

Em 5.a observamos que, mesmo com a exclusão do *também*, o enunciado é realizável, apesar da mudança no funcionamento argumentativo. Em 5.b, com o deslocamento do *também* para o final de enunciado, obtemos um funcionamento semelhante ao do enunciado 5, o que nos permite dizer que o *também* incide sobre o segundo segmento, apesar de estar no primeiro segmento. O mesmo já não ocorre com o deslocamento do *também* para depois de capaz, conforme apresentamos em 5.c, tornando, inclusive, o enunciado irrealizável. O acréscimo de *mas* não é possível se feito sem nenhuma outra mudança em conjunto, conforme observamos em 5.d.. Em 5.e, além de se acrescentar o *mas* e deslocar o *também* para antes de perfeito, retiramos o *além de* e, em seu lugar, colocamos *não só*. Deste modo o enunciado tornou-se realizável e passou a ter um funcionamento do tipo adversativo (A mas também B). Em 5.f, com a inversão dos segmentos, notamos que o enunciado continua a ser realizável. Com relação a negação, notamos que alcança somente o segmento ao qual a adicionamos e, com este acréscimo, o enunciado torna-se irrealizável, tal qual podemos observar em 5.g, onde acrescentamos a negação no primeiro segmento e em 5.h, em que fizemos incidir a negação sobre o segundo segmento. Através destas manipulações heurísticas observamos que os dois segmentos deste enunciado possuem a mesma orientação argumentativa. Para sabermos se, do mesmo modo que um enunciado de não-poema, o *também* tem a propriedade argumentativa de apresentar dois argumentos com a mesma força argumentativa, vamos dividir este enunciado em dois segmentos, que chamaremos A e B.

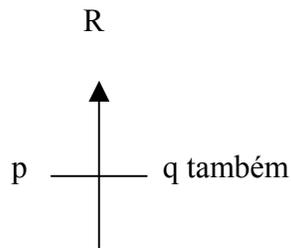
*A – É sim; sendo, / Além de mui capaz*

*B – também perfeito homem de bem*

Podemos considerar que tanto “além de mui capaz”, quanto “também perfeito homem de bem” orientam para uma mesma conclusão. Isto pode ser observado se tivermos a seguinte seqüência:

*5.i – Ele é mui capaz e também perfeito homem de bem, considere-o.*

Em outras palavras, estes dois segmentos mostram argumentos diferentes que apontam para a mesma conclusão, que é apresentar o tabelião como uma ótima pessoa ou, dito de outro modo, a expressão *p* e *q também* apontam para a mesma conclusão, conforme podemos ver neste esquema abaixo:



onde R = ótima pessoa

p – além de mui capaz

q – perfeito homem de bem

Consideramos que os dois argumentos são apresentados com a mesma força argumentativa, ou seja, devido ao funcionamento do operador argumentativo *também*, não há uma hierarquização dos argumentos neste enunciado. Observemos a questão mais de perto. Se introduzimos *até mesmo* no enunciado em questão teremos:

*5.j (?) – Além de mui capaz e até mesmo também perfeito homem de bem.*

A impossibilidade de 5.j. parece confirmar nossa análise. Mas parece haver aí um outro problema, pois parece possível dizer

*5.k. Ele é mui capaz e até mesmo também perfeito homem de bem.*

Ou seja, é possível combinar até mesmo e também. Isto significaria que *também* ordena argumentos? Julgo que não, pois isto produziria uma sobreposição de dois operadores correspondentes.

Podemos considerar, por outro lado, que a dificuldade de 5.j. se dá pela relação de *além de* e *até mesmo*. Para melhor interpretar a questão, tomemos um enunciado sem *além de* e sem *até mesmo*.

*5.k.1. Ele é mui capaz e também perfeito homem de bem.*

Neste enunciado o *também*, sem estar combinado com outro operador faz, ao que parece, o que esperamos dele. Ou seja, articula argumentos de mesmo valor argumentativo, Tanto que 5.k.1 pode ser considerado paráfrase de

*5.k.2. Ele é mui capaz, todos sabemos. E afirmo mais, é também perfeito homem de bem.*

Como tomamos um enunciado com *além de* que retomamos

*5.k.3. Além de mui capaz é também perfeito homem de bem*

Podemos observar a possibilidade de mudar o *além de*, mesmo com um mudança de sentido, para o segundo enunciado:

*5.k.4. Ele é mui capaz além de também perfeito homem de bem.*

Tanto 5.k.3. quanto 5.k.4. são possíveis. Se agora observarmos, em enunciado sem o *também*, uma relação entre *além de* e *até mesmo* teremos:

*5.k.5. (?)Além de mui capaz é até mesmo perfeito homem de bem.*

Assim como:

*5.k.6. (?)Ele é mui capaz além de até mesmo perfeito homem de bem.*

O que confirma a impossibilidade de relação entre *além de* e *até mesmo*.

Por outro lado se considerarmos a relação entre *até mesmo* e *também* observamos:

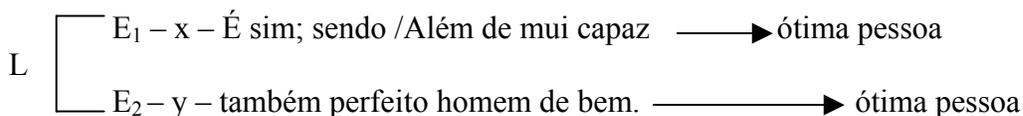
5.k.7. *Ele é mui capaz e até mesmo, também, perfeito homem de bem.*

5.k.8. (?)*Ele é mui capaz e, também, até mesmo perfeito homem de bem.*

Talvez 5.k.8 soe um pouco estranho. De qualquer modo podemos dizer que o *também* incide sobre “até mesmo perfeito homem de bem”, sem lhe modificar a força argumentativa. Deste modo podemos dizer que o *também* é um operador que não acresce força argumentativa, e é isso que faz com que ele seja tomado como articulando argumentos de mesma força. Seu caráter fundamental é acrescentar argumentos.

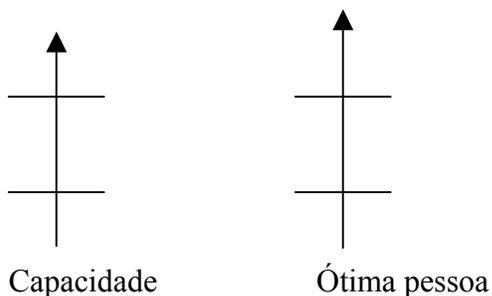
Tomemos agora a análise argumentativa segundo a teoria da polifonia e a teoria dos topoi argumentativos. Da mesma forma que para a análise do enunciado de não-poema é preciso considerar que na frase A(x) e B(Y) também, x e y são seus conteúdos semânticos.

Ao fazer intervir a teoria da polifonia neste enunciado, podemos considerar a presença de um Locutor e de dois Enunciadores.



Ao analisar o segmento A(x) com a teoria dos topoi argumentativos, evocamos o Topos de “ótima pessoa”, onde a capacidade para exercer uma profissão é apontada como um fator importante para se constituir uma “ótima pessoa”.

Topos 1



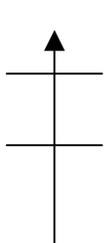
Que é apresentado nas seguintes formas tópicas:

$$Ft_1 = \text{quanto} + C + O.p.$$

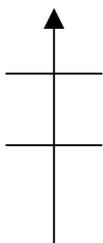
$$Ft_2 = \text{quanto} - C - O.p.$$

Utilizando o mesmo procedimento no segmento B(y), observamos que, com o mesmo topos de “ótima pessoa”, o que é apresentado como fator importante para se constituir uma “ótima pessoa” é ser um homem de bem.

Topos 2



Homem de bem



Ótima pessoa

Que é apresentado nas seguintes formas tópicas:

$$Ft_1 = \text{quanto} + H.b. + O.p.$$

$$Ft_2 = \text{quanto} - H.b. - O.p.$$

Desta maneira observamos que o Locutor concorda com o argumento apresentado pelo Enunciador 1, na sua forma tópica 1, em que é apresentada a condição de ser mui capaz ou, dito de outro modo, como um excelente profissional como um argumento para ser ótima pessoa. Mas, apesar dele concordar com o Enunciador 1, ele assume o Enunciador 2, que apresenta o argumento em que, para ser ótima pessoa, tão importante quanto o fato de ser mui capaz é ser homem de bem. Ou seja, o *também* relaciona os argumentos apresentados pelos enunciadores de tal forma que eles possuam o mesmo valor argumentativo. Tal como vimos para o enunciado de não-poema, a necessidade de se recorrer a dois topos mostra que se trata de dois argumentos que não se tornam um só.

#### 4 – COMPARAÇÃO ENTRE AS ANÁLISES DA PALAVRA TAMBÉM

Após as análises sobre a palavra *também* em um enunciado de poema e em um enunciado de não-poema, observamos que esta palavra marca argumentativamente ambos os enunciados. Ou seja, ela estabelece uma relação argumentativa entre os segmentos do enunciado de poema e também do enunciado de não-poema. Através do ponto de vista da semântica argumentativa, nada desaconselha que esta análise se aplique aos dois casos. Observamos que esta reflexão que produzimos especificamente sobre a palavra *também* não nos mostra uma diferença fundamental que esta palavra poderia ter em relação à argumentação em um enunciado de poema e em um enunciado de não-poema. Desta forma, no caso específico desta palavra, não há uma diferença que possa indicar o motivo que leva Ducrot a excluir a poesia da argumentação, ou seja, não vemos qual a necessidade que Ducrot tem de tratar a poesia de um modo diverso de outros enunciados, isto a partir de seu modelo de análise argumentativa.

## **3º CAPÍTULO**

**O que é poesia e um estudo sobre língua, enunciação, e discurso**

## 1 - POESIA

Começamos este capítulo apresentando uma observação que se mostra decisiva para os nossos estudos. Em muitos de seus textos, Ducrot utiliza constantemente, como já dissemos mais de uma vez, exemplos retirados de poemas para auxiliar na demonstração de suas teorias lingüísticas. Mas, apesar disso, somente no texto “Polifonia y Argumentacion” (Ducrot, 1990) é que ele faz uma referência direta ao seu modo de pensar a poesia. E esta referência se dá exatamente no momento em que ele introduz a noção de *topos* e, ao mesmo tempo, coloca a poesia em um lugar diferente do lugar em que é posta a argumentação, ou seja, fora da língua. Esta separação acontece, segundo Ducrot, a partir de duas características do *topos*, que são a universalidade e a generalidade. Através destas características, um enunciado argumentativo é colocado como sendo a reprodução de uma crença geral e objetiva “asimilar la situación, el estado de cosas, del que hablo a muchas otras situaciones.” (Ducrot, 1990, p.105). Ou seja, o enunciado necessita apresentar pontos de vista que, de certa forma, possam ser utilizados outras vezes, em outras situações.

Com relação à poesia o que ocorre, para Ducrot, é bem distinto do que ocorre com a argumentação. Para ele, “la poesia es un esfuerzo por expresar puntos de vista personales presentados como personales; por lo tanto el poeta en mi opinión busca expresar sentimientos con la pretensión de presentarlos como únicamente suyos” (idem, p.103). Deste modo, enquanto a argumentação procura ser o mais geral possível, a poesia possui um outro estatuto, em que pretende se mostrar o menos geral possível ou, dito de outro modo, o locutor procura, através da poesia, apresentar pontos de vista exclusivos seus, e que não podem ser usados em outras situações, por outros locutores. Assim, podemos perceber que Ducrot separa a poesia da argumentação devido ao fato de que nesta o locutor responsável pelo enunciado convoca diferentes pontos de vista para a constituição do enunciado.

Por outro lado, para Ducrot um poema pode ser argumentativo, lembremos aqui o uso que ele faz de enunciados de poemas como exemplos para seus estudos de

argumentação. Ou seja, um poema pode ser, ao mesmo tempo, argumentativo e poético, mas estes são dois aspectos que devem ser tratados separadamente. Dito de outro modo, notamos que existe uma diferença quanto à natureza da poesia e do poema. Deste modo, levantamos a hipótese de que, para Ducrot, enquanto a argumentação está na língua, o poema se refere ao discurso, ou seja, o poema é um tipo de discurso. Assim, o poema, por se referir ao discurso, pode ter, em seus enunciados, os dois aspectos, de poeticidade e de argumentatividade. A argumentação está marcada na própria língua, ou seja, a própria língua fornece os morfemas com valor argumentativo, que indicam a orientação argumentativa de um enunciado. Quanto à poeticidade, Ducrot não aponta claramente o lugar que ela ocupa. Desta maneira, percebemos que, para avançarmos em nossa discussão, necessitamos utilizar uma teoria diferente da ducrotiana, isto porque, de certo modo, a teoria ducrotiana não propõe hipóteses satisfatórias a essa questão que é colocada por ela mesma. Assim, tanto para avançarmos em nossa discussão, como para verificar a nossa hipótese de que o poema é um tipo de discurso, vamos nos situar na perspectiva da Semântica do Acontecimento e analisar a palavra *poesia* em alguns textos de Ducrot.

## **2- ESTUDO DA PALAVRA POESIA**

Para apresentar como Ducrot pensa a poesia através de um método diferente do que utilizamos no item 1, nos situaremos na perspectiva da Semântica do Acontecimento em que a enunciação é o lugar privilegiado para que se possa analisar o sentido da linguagem, ou seja, o estudo do sentido deve se localizar no acontecimento do dizer. Mas para que isto ocorra dentro do ponto de vista de uma semântica lingüística, o enunciado é posto como o lugar para se observar o sentido. Ou seja, “saber o que significa uma forma é dizer como seu funcionamento é parte da constituição do sentido do enunciado.” (Guimarães, 2002, p.7). E devemos levar em consideração que o enunciado é um enunciado de um texto. Assim, a palavra que analisamos nos interessa na medida em que ela é parte constitutiva de um enunciado em um texto<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Tomamos aqui o conceito de texto de um modo diferente do utilizado por Ducrot

A partir da posição da Semântica do Acontecimento, procuraremos identificar o que a palavra *poesia* designa nos textos: “Argumentação e ‘Topoi’ Argumentativo” (Ducrot, 1989) e “Polifonia y Argumentacion” (Ducrot, 1990). Iremos utilizar o conceito de designação estabelecido por Guimarães (2002): “designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. É neste sentido que não vou tomar o nome como uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. Vou considerar, tal como considera Rancière (1992), que os nomes identificam objetos” (p.9). Tal definição distingue a designação da referência que, para Guimarães, “será vista como a particularização de algo na e pela enunciação” (idem). Deste modo, para se dizer o que um nome designa, é necessário observar com quais outras palavras ele se relaciona, o que, para Guimarães, constitui o que ele chama de Domínio Semântico de Determinação (DSD).

Como procedimento de análise, consideraremos dois procedimentos: a reescritura e a articulação. Para Guimarães, a “reescrituração é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Este procedimento, atribui (predica) algo ao reescriturado” (2004, p.17). Este procedimento nos dá a possibilidade de verificar, pelos mais variados procedimentos, como uma expressão se reporta a outra, dentro de um texto. Quanto à articulação, Guimarães nos diz: “procedimentos de articulação dizem respeito às relações próprias das contigüidades locais. De como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem” (2004, p.18).

Através destes procedimentos pretendemos verificar o que significa a palavra *poesia* nos textos acima citados. Escolhemos estes dois textos para a nossa análise por serem de um momento importante, para os nossos estudos, de seu pensamento, em que a poesia é apresentada em um lugar diferente da argumentação. Por conta disso, notamos que em outros textos Ducrot não produz reflexões sobre a relação da poesia com a língua, o que deixa estes textos à margem de nossa reflexão, ou seja, estes textos não trazem algo de

relevante para esta discussão que propomos aqui. Deste modo, a análise dos textos escolhidos se mostra decisiva para se pensar o lugar específico que a poesia ocupa na teoria ducrotiana.

Como início de nossa análise, apresentaremos alguns recortes em que aparece a palavra *poesia* e nos quais incidirá a nossa análise.

No texto de Ducrot (1989), não encontramos a ocorrência da palavra *poesia*, mas encontramos a ocorrência da palavra *poético*, que, conforme veremos a seguir, apresenta-se como uma reescritura da palavra poesia. Assim, esta palavra aparece no seguinte recorte: “*o que é um outro aspecto da banalidade, do caráter fundamentalmente anti-poético da argumentação*” (p.25)

Quanto ao procedimento de reescritura, neste recorte que fizemos do texto, não observamos nenhuma ocorrência. Mas, com relação ao procedimento de articulação, notamos que a palavra *poético* aparece diretamente determinada pelo prefixo *anti*, produzindo uma locução nominal que, nesta expressão referencial, predica a argumentação de uma forma contrária ao poético. Ou seja, através da articulação desta palavra com as outras nesta expressão, observamos que a argumentação se marca com uma característica anti-poética. Levando em conta a predicação de anti-poético para a argumentação, podemos apresentar o DSD de poético e argumentação da seguinte forma:

Poético
Argumentação

Obs.: ler a linha como oposição

Através desta análise chegamos, percorrendo um caminho diferente, ao ponto inicial de nossa pesquisa, que é a poesia ser posta em um lugar diferente da argumentação. Mas, para completar a nossa análise, passamos a verificar a ocorrência da palavra *poesia* no outro texto (Ducrot, 1990) que selecionamos para a nossa pesquisa. Apresentamos a seguir os trechos onde há ocorrência desta palavra:

*“Mi segunda observación tiene que ver con la relación entre argumentación y poesía. La argumentación tal como la describo es totalmente contraria a la poesía o, en otros términos, para mí la poesía es un esfuerzo por expresar puntos de vista personales presentados como personales; por lo tanto el poeta en mi opinión busca expresar sentimientos con la pretensión de presentarlos como únicamente suyos. Esta ambición del poeta se opone a la ambición del argumentador que, por el contrario, busca hacer aparecer lo que dice como si fuera la reproducción de una creencia general. Esto no significa que un poema no pueda ser también argumentativo, en un poema puede haber pasajes argumentativos y aun más, en la poesía del siglo XIX tenemos ejemplos de poemas contruídos como una argumentación” (p. 103 e 104)*

*“Lo que quiero decir es que la poeticidad de esos poemas, su carácter poético, es totalmente contrario a la argumentación. De cierta manera esos poemas son argumentativos y poéticos al mismo tiempo, pero su poeticidad y su argumentatividad son dos aspectos separados” (p.104)*

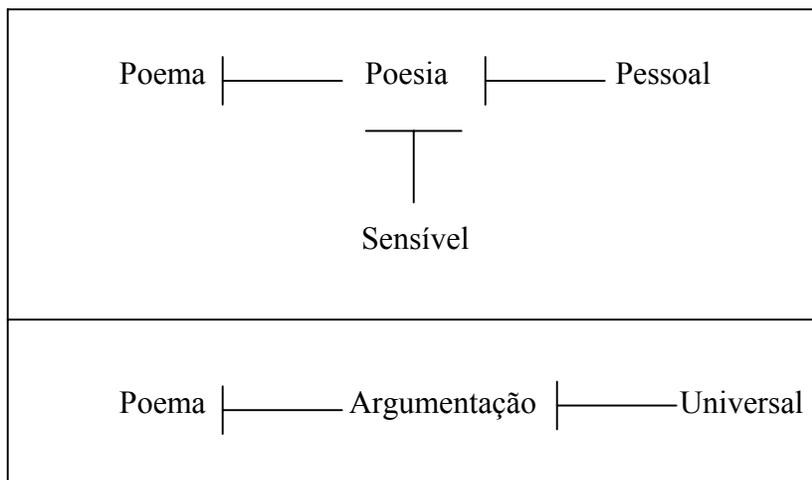
*“En mi concepción personal de la poesía, esta tiende a hacer sensible el carácter único de las cosas de las que se habla y es una ambición completamente opuesta a la de la argumentación” (p.104)<sup>8</sup>*

Observamos que, nas ocorrências da palavra *poesia* neste texto, ela está sempre em uma expressão referencial, sendo determinada pelo artigo definido *a*, ou, dito de outra forma, ela aparece sempre em um sintagma nominal, mostrando que, para Ducrot, a poesia

---

<sup>8</sup> Retiramos os trechos do texto original, em espanhol, mas, para a nossa análise, utilizaremos as palavras traduzidas para o português.

possui uma característica de ser única. Mas, além disto, acreditamos que a poesia aparece como uma característica de certos textos. Então, passamos a verificar quais as articulações que as reescrituras de poesia possuem. Neste texto, ela aparece reescriturada pelas palavras *poeticidade* e por *caráter poético*. E, em todas as ocorrências, essas reescrituras predicam a palavra *poema*, ou seja, a poesia aparece como uma característica de certos poemas. E algo que nos chama a atenção neste ponto é que, nas articulações da palavra *poema*, ela também aparece determinada por argumentação. Ou seja, podemos dizer que o poema é, na terminologia ducrotiana, um discurso onde existem certas características, dentre elas a poeticidade e a argumentatividade. Deste modo observamos que o poema está posto no discurso. Uma outra observação que fazemos nesta análise é que a poesia é determinada por ponto de vista pessoal apresentado como pessoal, ou seja, a poesia é algo pessoal, enquanto a argumentação é tida como uma crença geral, ou, em outros termos, como algo universal. Além disso, temos ainda uma articulação da palavra *poesia* com a palavra *sensível*, em que esta, de certo modo, determina *poesia*. Assim, podemos pensar na possibilidade de que, além de ser um ponto de vista pessoal apresentado como pessoal, este ponto de vista possui a característica de ser sensível. Deste modo, podemos apresentar o DSD da palavra *poesia* da seguinte forma:



Obs.: ler a linha como oposição e      —————|      como determina

Este DSD corrobora a análise que fizemos de outro texto (Ducrot, 1989), pelo fato de ambos colocarem a poesia em oposição à argumentação. O que percebemos de maior relevância para a nossa pesquisa é que a palavra poesia é determinada por pessoal, enquanto que a palavra argumentação é determinada por universal. Esta observação, de certa forma, ajuda a mostrar que estas duas palavras estão em oposição, devido aos pontos de vista contraditórios, pessoal e universal, que apresentam. Uma outra observação importante que fizemos é que ambas as palavras determinam poema. Isto demonstra que as duas palavras são características de um discurso, o que, de certa forma, explica o fato de que o modelo ducrotiano de análise argumentativa é utilizável de maneira igual em enunciados de poemas e em enunciados de não-poemas. Assim podemos dizer que há dois funcionamentos textuais: o argumentativo e o poético. Por outro lado, enquanto tipo, podemos distinguir poema de não-poema. Mas esta distinção de tipo de texto (discurso) não se sobrepõe ao funcionamento poético e argumentativo. Mas esta observação nos traz um outro problema que se mostra fundamental para a nossa pesquisa: que motivo leva Ducrot a situar a argumentação na língua e a poesia em um outro lugar? Esta questão procuraremos responder verificando a relação entre a língua e a enunciação e o modo como o discurso se situa frente a esta relação.

### **3- LÍNGUA, ENUNCIÇÃO E DISCURSO**

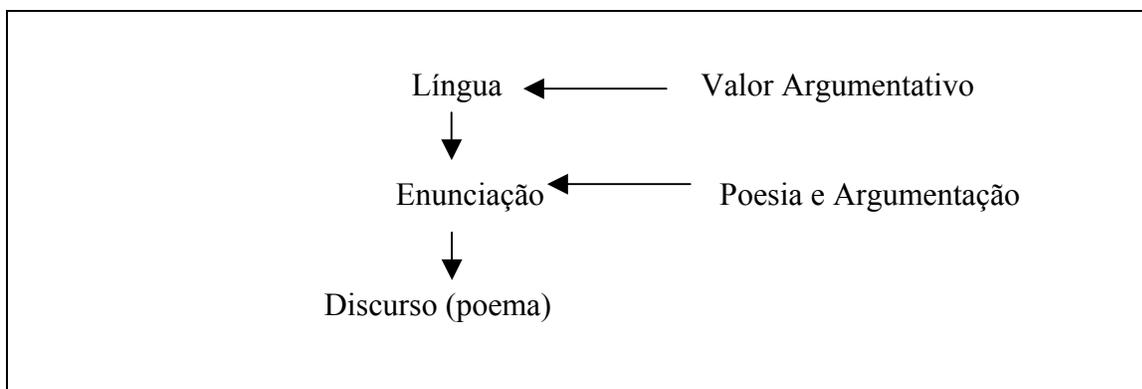
Pela análise acima, observamos que, para Ducrot, a argumentação está na língua e o poema é um tipo de discurso. Qual o lugar da poesia, já que ela se opõe à argumentação e está, tanto quanto esta, no poema? O que pretendemos fazer, neste momento, é discutir a possibilidade de que a poesia, na teoria ducrotiana, encontra-se na enunciação, no acontecimento histórico do aparecimento de um enunciado.

Como já apresentamos, a língua, como conceito ducrotiano, é uma entidade abstrata, formada pelas frases desta língua. Deste modo, ao colocar a argumentação na língua, Ducrot estabelece que as próprias palavras possuem um valor argumentativo, ou seja, as palavras empregadas em um determinado enunciado indicam qual a continuidade que este enunciado pode ter. Por outro lado, ao dizer que a argumentação possui um caráter anti-

poético, Ducrot coloca, de certa forma, que as palavras não possuem um valor poético, ou seja, não existem palavras que, por si só, caracterizam um discurso como poético. Assim, poderíamos pensar que a poesia se estabelece no discurso. Mas, como já vimos através da análise da palavra poesia, o que se estabelece no discurso é o poema, que pode possuir características tanto poéticas como argumentativas. Ou seja, podemos encontrar a poesia no discurso, mas de um modo não conflituoso com a argumentação o que, de certo modo, não caracteriza o discurso como um lugar específico da poesia.

Pelo que apresentamos no parágrafo anterior, percebemos que a poesia não se encontra na língua, mas podemos encontrá-la no discurso, juntamente com a argumentação. Ou seja, o poema, que é um tipo de discurso, pode ser tanto argumentação como poesia. Mas, mesmo a poesia estando presente no discurso, ainda fica a questão sobre qual é o lugar específico da poesia, pois, conforme já dissemos, ela está em um outro lugar que difere da argumentação. Deste modo, levantamos a hipótese de que a poesia está na enunciação. Para verificarmos esta hipótese, faz-se necessário observar o modo como a enunciação relaciona-se com a língua e o lugar do discurso nesta relação. Para Ducrot, como já dissemos, a enunciação é o acontecimento histórico do aparecimento do enunciado, ou seja, é o momento específico em que as frases de uma língua são transformadas em enunciados ou, dito de outro modo, é o momento em que a língua é posta em funcionamento. E estes enunciados é que formam o discurso, que é, para Ducrot, o lugar do poema. Ou seja, o discurso é produzido pela enunciação, o que nos leva a perceber que, da mesma forma que o enunciado representa sua enunciação, o discurso também a representa.

Assim, podemos pensar que, para Ducrot, o discurso pode ter as duas características porque traz a língua, que possui valor argumentativo e, também representa a sua enunciação, que é o lugar específico onde se dá a argumentação e, além disso, também é o lugar, segundo a nossa hipótese, que traz elementos poéticos para o discurso. Segundo essa nossa leitura da teoria lingüística de O. Ducrot, podemos representar a formação do discurso (poema) no seguinte quadro:



Através desse esquema também podemos verificar o motivo que leva Ducrot, de certo modo, a colocar que não existem palavras que, por si só, são poéticas, isto é, na língua não há algo que poderíamos chamar de “valor poético”, da mesma forma que possuem um valor argumentativo. Ao deixar a enunciação como o lugar do poético, ele caracteriza a poesia como sendo o modo que as palavras se transformam em um discurso, ou seja, as palavras podem, na enunciação, receber uma certa poeticidade que será vista no discurso.

Por outro lado, para Ducrot, cada enunciado possui um locutor e várias vozes em seu interior, que são os enunciadores. Estes enunciadores apresentam diferentes pontos de vista, os quais somente podemos observar no discurso, mas que também é formado na enunciação. Como demonstramos mais acima, a enunciação também é o lugar onde se forma a poesia, pensamos existir uma relação estreita entre a poesia e os enunciadores. Deste modo, lembrando que Ducrot considera a poesia como a pretensão de um poeta em apresentar um sentimento como unicamente seu, podemos pensar na hipótese de que a poesia é o ponto de vista de um dos enunciadores presentes no enunciado, ou seja, o ponto de vista poético é apresentado no discurso por um enunciador e se forma na enunciação, constituindo assim uma relação enunciativa.

Uma outra questão posta pela discussão que desenvolvemos no parágrafo anterior é quanto a relação da argumentação com a teoria da polifonia. Ao demonstrar que a poesia é um ponto de vista apresentado por um enunciador sendo, portanto, formada na enunciação, percebemos que há uma tensão com a teoria da argumentação pois, segundo Ducrot, a argumentação está na língua e é posta em funcionamento pelos enunciadores, ou seja, tanto

a poesia quanto a argumentação se dão no discurso através dos enunciadores. Esta interessante questão não será tratada nesse trabalho, sendo deixada para trabalhos posteriores.

Através das análises empreendidas neste capítulo, podemos verificar que Ducrot, de um certo modo, exclui a poesia da língua por considerar que as palavras não possuem, por si só, um caráter poético. Além disso, discutimos a hipótese de que a poesia, no pensamento ducrotiano, situa-se na enunciação e é posta no poema, que é um tipo de discurso, através dos enunciadores.

## **4º CAPÍTULO**

### **Conclusão**

## CONCLUSÃO

Através de nossos estudos obtivemos alguns resultados que nos possibilitam chegar a certas conclusões do que é a poesia para Ducrot e também qual o lugar específico que ela ocupa dentro de sua teoria. Iniciando as nossas pesquisas através de uma discussão sobre a língua, verificamos que, para ele, a língua é uma estrutura sem , no entanto, ser um código e que estabelece regras de caráter social para todos os falantes e é formada por um conjunto de frases. Partindo deste conceito, passamos a discutir várias outras noções que aparecem na teoria ducrotiana o que, além de compreendê-las melhor, podemos perceber a pertinência do estudo da nossa questão em sua obra e também observamos que Ducrot coloca a poesia em um outro lugar diferente da língua exatamente no momento em que insere, na sua teoria da argumentação na língua, a noção de topos argumentativos. Mas pensamos que esta separação entre língua e poesia não se dá somente pela necessidade da noção de topos, mas também porque, neste momento, ele faz uma distinção mais precisa dos conceitos de enunciação, frase e enunciado, texto e discurso. E, através desta distinção, podemos levantar a nossa hipótese inicial de que a separação entre poesia e língua está posta na maneira como Ducrot pensa a relação da língua com a enunciação, e o lugar do discurso nesta relação.

Uma outra discussão importante que fizemos, foi especificamente sobre a argumentação e a aplicação do modelo ducrotiano de análise argumentativa em enunciados de poemas e em enunciados de não-poemas. O que observamos foi que este modelo é aplicável em ambos os enunciados, ou seja, apesar de Ducrot separar a poesia da argumentação, não há qualquer diferença quanto a aplicação de seu modelo de análise em enunciados de poemas e em enunciados de não-poemas. E isto, de acordo com o que ele mesmo diz, é prática.

Assim, ao discutir o modo como Ducrot apresenta a poesia em um de seus textos (Ducrot, 1990) e também através de um estudo da palavra poesia a partir da teoria do Domínio Semântico de Determinação (DSD), podemos verificar que a língua possui valor argumentativo, ou seja, há marcas da argumentação na própria língua. Mas, por outro lado,

a argumentação se dá na enunciação, através dos enunciadores, que convocam diferentes topoi argumentativos e apresentam um ponto de vista o mais geral possível. Deste modo, para Ducrot, a enunciação é o lugar específico para se estudar a argumentação. Mas, para que se possa fazer este estudo, é necessário observar o enunciado, que é a realização de uma frase. Por outro lado, o poema se apresenta como um discurso, o que, de certa forma, explica o motivo pelo qual o modelo ducrotiano de análise argumentativa é aplicável em enunciados de poemas e em enunciados de não-poemas. Além disso, observamos que, segundo a nossa hipótese, a poesia, para Ducrot, localiza-se na enunciação e aparece quando um enunciador apresenta um ponto de vista como exclusivamente seu e o Locutor se identifica com este enunciador. Ou seja, a poesia é um esforço do poeta em apresentar um ponto de vista como apenas seu.

Desta forma, ao apresentar a poesia de um modo distinto da argumentação, mesmo afirmando que ambas se dão na enunciação, Ducrot faz um gesto de caracterização muito particular, ressaltando a diferença da argumentação, que possui um caráter mais geral, e a poesia, que possui um caráter mais pessoal. Assim, podemos pensar que, no recorte que estudamos da teoria ducrotiana, principalmente a teoria da polifonia e dos topoi argumentativos, a poesia aparece para melhor caracterizar o aspecto de que a língua possui valor argumentativo. E essa nossa reflexão faz com que seja de grande relevância um estudo sobre o modo como a poesia aparece na última forma dos estudos ducrotianos sobre a argumentação na língua e que não tratamos neste trabalho, que é a teoria dos Blocos Semânticos. Uma outra questão que aparece ao se estudar a poesia no pensamento de um lingüista específico é o modo como se relacionam, de um modo mais geral, os estudos lingüísticos e a poesia, assunto pouco tratado a partir da perspectiva da Lingüística. Estas duas questões pretendemos discutir em trabalhos posteriores.

Portanto, neste trabalho, observamos que, para Ducrot, a poesia está fora da língua, enquanto que esta se caracteriza por possuir um valor argumentativo, ou seja, a argumentação está marcada na estrutura da língua. Mas, por outro lado, a poesia e a argumentação se dão na enunciação, o que possibilita a um poema (caracterizado como um discurso) ser argumentativo e poético.

## BIBLIOGRAFIA

- Anscombre, J-C e Ducrot, O. (1976) "L'Argumentation dans la Langue". *Langages*, 42.
- Anscombre, J-C e Ducrot, O. (1976) "La Argumentación en la Lengua". Madrid, Editorial Gredos, 1994.
- Anscombre, J-C e Ducrot, O. (1981) "Interrogation et Argumentation", *Langue Française*, 52
- Carel, M. e Ducrot, O. (1999) "O problema do paradoxo em uma semântica argumentativa". *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas, Pontes, 2002
- Carel, M. e Ducrot, O. (1999) "As propriedades lingüísticas do paradoxo: paradoxo e negação", *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas, Pontes, 2002
- Ducrot, O. (1966) "Quelques Illogismes du Langage", *Langages*, 3
- \_\_\_\_\_ (1966) "Logique et Linguistique", *Langages*, 2. *Lógica e Lingüística. Provar e Dizer*, São Paulo: Global, 1981.
- \_\_\_\_\_ (1967) "Les Problème de la Négation dans Diverses Grammaires Françaises", *Langages*, 7. (em colaboração com B. Barnicaud, A. M. Comparé, A. Vodac)
- \_\_\_\_\_ (1968) "De um mau uso da Lógica", *Da Teoria Lingüística ao Ensino da Língua*, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979.
- \_\_\_\_\_ (1968) *Estruturalismo e Lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1970.
- \_\_\_\_\_ (1969) "Pré-supposés et sous-entendus" *Langue Française*, 4. *Pressupostos e Subentendidos. O Dizer e o Dito*. Campinas, Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_ (1970) "Les Indéfinis et L'Énonciation", *Langages*, 17. *Os Indefinidos e a Enunciação. Provar e Dizer*, São Paulo: Global, 1981.
- \_\_\_\_\_ (1971) "Langue et Pensée Formelle", *Langue Française*, 12. *Redução e Experimentação. Provar e Dizer*, São Paulo: Global, 1981.
- \_\_\_\_\_ (1971) "L'expression, em français, de la notion de condition suffisante", *Langue Française*, 12. *A Expressão da Noção de Condição Suficiente. Provar e Dizer*, São Paulo: Global, 1981.
- \_\_\_\_\_ (1971) "A Propos de la seconté 'Provinciale' ", *Langue Française*, 12 *A Propósito da Segunda "Provinciale"*. *Provar e Dizer*, São Paulo: Global, 1981.

- Depresle, J e Ducrot, O. (1971) “ Analyse logique d’um texte de Montesquieu sur l’esclavage” *Langue Française*, 12. Montesquieu e a Escravidão. *Provar e Dizer*, São Paulo: Global, 1981.
- Ducrot, O. e Tzvetan Todorov (1972) *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*, São Paulo, Perspectiva, 1988.
- Ducrot, O. (1972) “De Saussure à la philosophie du langage” Prefácio à tradução francesa de *Speech Actes (Les Actes de Langage)*, de Searle, Paris, Hermann.
- \_\_\_\_\_ (1972) *Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer)*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- \_\_\_\_\_ (1973) *Provar e Dizer*. São Paulo, Global, 1981.
- Ducrot, O. e Vogt, C. (1978) “De magis a mas: uma hipótese semântica”. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo, Hucitec
- Ducrot, O. (1978) “Structuralisme, énonciation et sémantique”. *Poétique*, 33. Estruturalismo, Enunciação e Semântica. *O Dizer e o Dito*. Campinas, Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_ (1979) “ Les lois de discours” *Langue Française*, 42. As Leis do Discurso. *O Dizer e o Dito*. Campinas, Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_ (1980) *Les Échelles Argumentatives*, Paris, Minuit. As Escalas Argumentativas. *Provar e Dizer*, São Paulo: Global, 1981.
- \_\_\_\_\_ (1980) *Les Mots du Discours*, Paris, Minuit
- \_\_\_\_\_ (1984) “Enunciação”, *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v.2
- \_\_\_\_\_ (1984) “Pressuposição e Alusão”, *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v.2
- \_\_\_\_\_ (1984) “Referente”, *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v.2.
- \_\_\_\_\_ (1984) “Actos Lingüísticos”, *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v.2.
- \_\_\_\_\_ (1984) “Dizível / Indizível”, *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v.2.

- \_\_\_\_\_ (1984) *O Dizer e o Dito*. Campinas, Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_ (1988) “Topoi e Formas Tópicas”, *Relações entre Pragmática e Enunciação*, Porto Alegre, Sagra Luzzato, 2002
- \_\_\_\_\_ (1989) “Argumentação e ‘Topoi’ Argumentativos”, *História e Sentido na Linguagem*, Campinas, Pontes.
- \_\_\_\_\_ (1990) *Polifonia y Argumentacion*. Colombia, Feriva.
- \_\_\_\_\_ (1995) “Les Modificateurs Déréalisants”, *Journal of Pragmatics*, 24
- \_\_\_\_\_ (1998) “Sémantique Linguistique et Analyse de Texts”, *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 35. Campinas, IEL.
- \_\_\_\_\_ (1999) “Os Topoi na ‘Teoria da Argumentação na Língua’”, *Revista Brasileira de Letras*, Vol. 1, Nº1
- \_\_\_\_\_ (2001) “Critères Argumentatifs et Analyse Lexicale”, *Langages*, 142
- Guimarães, E. (2002) *Semântica do Acontecimento*. Campinas, Pontes.
- Guimarães, E. (2004) *História da Semântica – Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. Campinas, Pontes.
- Vogt, C. (1998) “Oswald Ducrot e a Unicamp: uma visão pessoal”. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 35. Campinas, IEL.